



“Fortalecendo a Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil para o Empoderamento e Responsabilização Social: pesquisa-acção com organizações do movimento das mulheres em Moçambique”

Relatório de Pesquisa

Autoras: Aldovanda Djive, Elina Milambo, Júlia Mpfumo, Kátia Taela, Maira Solange, Rebeca Mabui, Salomé Massingue e Withney Sabino

Com apoio de: Alex Shankland, Nzira de Deus e Solange Rocha

Dezembro de 2018



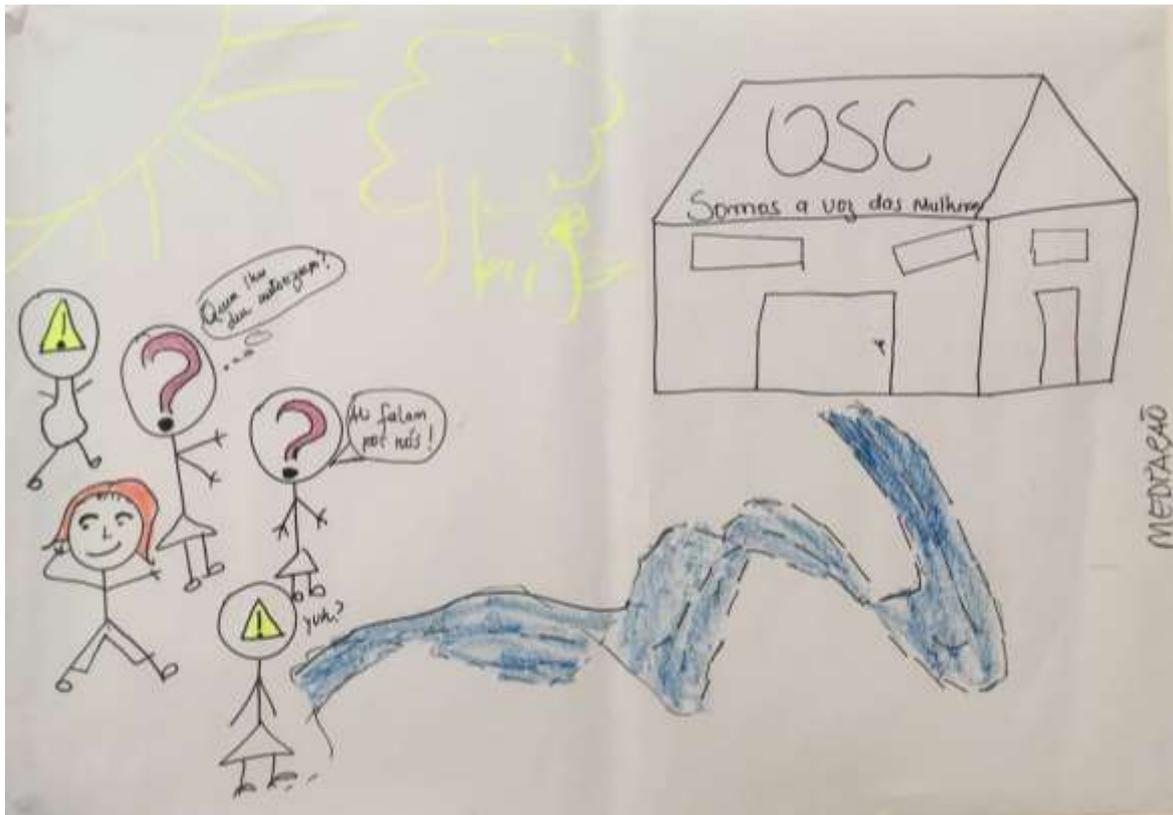
Fórum Mulher

O Fórum Mulher é uma Rede Feminista, nacional, que congrega organizações que lutam em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e pela Igualdade de Género. Criada há 25 anos, o Fórum Mulher tem sido uma referência na sociedade moçambicana, através das suas acções de advocacia para promover mudanças a nível das leis e políticas públicas, das instituições bem como nas vidas das mulheres, individualmente e colectivamente. O Fórum Mulher é constituído por um Gabinete Executivo - que tem coordenado e implementado acções directamente - por organizações membros, parceiros e por Fóruns de Associações Femininas, em criação e desenvolvimento ao nível das províncias. Totalizando 93 instituições afiliadas, sendo 62 membros efectivos e 32 membros não efectivos distribuídas em quatro categorias: membros efectivos, são as organizações nacionais e individualidades nacionais; membros não efectivos que são as organizações internacionais e instituições governamentais, individualidades estrangeiras; membro honorários e membro fundador. Os Fóruns ou Núcleos provinciais em Tete (NAFET), Zambézia (NAFEZA), Niassa (FOFEN) e Inhambane (FAFI). E as restantes províncias tem associações singulares. O Fórum Mulher tem estabelecido parcerias e ligações com outras redes e movimentos a nível nacional, regional e internacional o que tem ampliado o seu escopo de intervenção geográfica e o impacto das suas acções. É membro dos seguintes mecanismos regionais e globais: MMM (Marcha Mundial das Mulheres) , SOAWAR e FEMNET.

Institute of Development Studies

The Institute of Development Studies (IDS) is a global research and learning organisation for equitable and sustainable change. In partnership with the University of Sussex, IDS is ranked first in the world for development studies by the QS University Rankings. We believe passionately that cutting-edge research, knowledge and mutual learning are crucial in shaping the transformations needed to reduce inequalities, accelerate sustainability and build more inclusive and secure societies. In line with our engaged excellence approach, we are committed to collaborating closely with local civil society, governments, international NGOs, citizens, donors and many others to realise this positive change. IDS has been working with partners to tackle complex development challenges in this way since 1966. Our partnership with the University of Sussex supports and accredits our master's degrees and PhD research programmes. We also offer a range of thematically and approach-focused professional development courses, learning journeys, and online and blended learning. Through our learning offer we aim to strengthen the skills and capabilities of those already working within the development sector, as well as nurture a new generation of development thought, policy and practice leaders. IDS publishes a wide range of high quality and high impact outputs, including our flagship publication, the IDS Bulletin, an open access, peer-reviewed journal exploring emerging international development challenges. The Institute is home to over 200 staff and 200 students at any one time. But the IDS community extends far beyond, encompassing an extensive global network of over 360 partners, 3,000 alumni and hundreds of former staff.

For more information visit: www.ids.ac.uk.



Fonte: Desenho feito por Witney Sabino durante oficina de escrita no âmbito desta pesquisa-acção:



Agradecimentos

Ao grupo de referência e as mulheres que aceitaram conversar connosco durante as micro-acções, ao IDS (Institute of Development Studies), em especial a Kátia Taela por todo o apoio técnico na condução da pesquisa acção e as companheiras Aldovanda Djive , Elina Miambo, Maria Salomé, Rebeca Mabui e a Withney Sabino pela entrega e toda dedicação, juntas conseguimos ultrapassar barreiras de língua e escrita, que nos permitiu romper preconceitos e desenvolver novas formas de escrita.



Sumário

Esta pesquisa tinha como objectivo contribuir para ampliar o debate sobre Legitimidade e representação nas organizações da sociedade civil, tomando como referência uma micro intervenção com o Fórum Mulher e seus membros. Para entender em que medida a nível discursivo e prático as organizações, estão a gerar mudanças nas relações que estabelecem com o Governo e com as/os cidadãs/os.

O sumário sintetiza as principais conclusões da pesquisa acção sobre “Fortalecendo a Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil para o Empoderamento e Responsabilização Social: Pesquisa-acção com organizações do movimento em prol dos direitos das mulheres em Moçambique”. Este estudo faz parte do Programa de Pesquisa “Acção para o Empoderamento e Responsabilização Social”, *Action for Empowerment and Accountability* coordenado pelo IDS, que envolve Egipto, Mianmar, Moçambique, Nígeria e Paquistão. O projecto de pesquisa-acção resulta de uma parceria entre o Fórum Mulher, uma rede feminista Moçambicana e Instituto de Estudos de Desenvolvimento, da Universidade de Sussex.

O projecto de pesquisa acção visava analisar a) em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva; b) Quais os mecanismos de diálogo entre as organizações de mulheres e os grupos que representam e de construção da sua agenda; c) Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o estado em Moçambique e d) que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles;

A mediação exercida pelas organizações de mulheres tem resultado num maior reconhecimento público dos direitos das mulheres junto das instituições do Estado, mas é fraco no diálogo com as representadas, situando-se no nível mais de acções por projecto, onde a provisão de serviços ocupa espaço em detrimento das questões políticas. Em alguns casos, as organizações substituem o Estado nas questões assistencialistas, por outro lado, a representação é claramente afectada pela manutenção de privilégios de algumas lideranças que criam organizações para manterem-se no poder, e usando-as como trampolim, vão saltando de uma para outra, apenas trocam de posições de poder. É importante que as organizações definam os mecanismos de diálogo a todos os níveis para permitir que a voz das representadas seja parte da construção colectiva.

As conclusões que se apresentam neste relatório constituem os resultados mais relevantes que emanam do trabalho de pesquisa que são fruto de análise e reflexão de informação recolhida, nos encontros do primeiro ciclo, dos workshops das micro acções, dos encontros intercalares de reflexão, das entrevistas e da, e oficina de escrita.

Palavras-chave: Representação, legitimidade, movimento de mulheres, Moçambique



Perfil das pesquisadoras

Aldovanda Djive é feminista e activista LGBT, é ponto focal Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais na Lambda. Estudante de Direito no Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique. A sua luta consiste no reconhecimento de direitos e escolhas das minorias sexuais concretamente das mulheres lésbicas e bissexuais

Elina Milambo, tem 29 idade e é estudante da 11^o classe. Trabalha na associação Abevamo, desde Abril de 2017, como Educadora de Pares, onde faz sensibilização para mudança de comportamento e sensibilização para testagem ao HIV. Elina decidiu tornar-se educadora de pares porque viu a necessidade de apoiar as suas pares no uso correto e persistente do preservativo como forma de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV. Decidiu fazer parte da pesquisa-acção porque queria saber mais sobre si e sobre o seu trabalho para poder ajudar o próximo.

Júlia Mpfumo, tem 39 anos de idade é Jornalista, Bacharel em Ciências Jurídicas, Pós graduada em Gestão de Projecto e Desenvolvimento Sustentável activista social e filantrópica, feminista, e trabalha no Fórum Mulher como Coordenadora de Fortalecimento Institucional e Formação. Juntou-se ao Fórum Mulher pela causa de direitos das mulheres e para contribuir para um mundo sem violência. Teve a oportunidade de participar da sua primeira pesquisa por inerência de funções e achou interessante primeiro pelo tema de pesquisa, que é pouco abordado no seio das organizações da sociedade Civil e segundo pelo método adaptado, onde foi inovador na medida em que quebrou o tradicional e fez com que todas fossem sujeitas, participando activamente na pesquisa.

Kátia Taela is a feminist anthropologist and works as a research consultant. She was a member of the IDS team who provided technical assistance to the Citizen Engagement Programme (CEP) in Mozambique, as Partnerships and Advocacy Advisor. Her research interests relate to (in)formal citizen action, state–citizens relations, feminist politics, and South–South relations; her doctoral research examined personal and professional interactions between Brazilian and Mozambican professionals working for an international non-governmental organisation and a transnational feminist movement. Kátia has previously worked as a consultant for several bilateral and multilateral, government and non-governmental organisations on issues related to civil society’s policy influencing initiatives. She is currently coordinating the ‘Strengthening CSO Legitimacy for Empowerment and Accountability: An Action Learning Accompaniment Process with Women’s Movement Organisations in Mozambique’ project as part of the Department for International Development (DFID)-funded Action for Empowerment and Accountability research programme, led by IDS

Maira Solange Hari Domingos é coordenadora do Programa direitos sexuais e direitos reprodutivos e educação não sexista no Fórum Mulher, licenciada em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane, orientação em População e Desenvolvimento. Participou do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos na Universidade Católica de São Paulo (2007) e colaborou com a Conectas Direitos Humanos no Brasil na elaboração do Manual de Referência sobre o “Direito à Saúde da Mulher Negra” é co-autora do livro “Tradição, Cultura e Género nos programas de Desenvolvimento” uma produção do Fórum Mulher (2008). E fez parte da equipa de pesquisa do relatório sobre o “Desafio do Sida nas suas dimensões socioeconómicas, culturais e políticas entre Brasil, África do Sul e Moçambique, 2011-2012”. Na sua actuação como feminista, tem buscado melhorar a compreensão sobre as dinâmicas das relações de poder com enfoque: sexualidade feminina, direitos sexuais, direitos reprodutivos, cultura, tradição, cidadania, movimentos sociais, movimento feminista, movimento de mulheres.



Withney Osvalda Mateus Sabino, 23 anos, jovem feminista; activista e violoncelista. Graduanda em ciência política pela Faculdade de letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Frequentou o Curso “Epistemologias do Sul” no Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem frequentado seminários de metodologias de pesquisa em género dentro da UEM, mas também no Kenya, África do Sul, Espanha e Portugal. Actualmente é pesquisadora-assistente no projecto “Diálogos em confronto: Trajetórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP: GuinéBissau, Cabo Verde e Moçambique” financiado pelo CODESRIA. Participa como co-pesquisadora da pesquisa-acção “Fortalecendo a legitimidade e representação das organizações da Sociedade Civil” uma parceira do IDS- Universidade de Sussex com o Fórum Mulher. É Secretária da coordenação geral do Mundos de Mulheres 2020.

Como violoncelista fez parte da Orquestra da UEM (2012-2017), toca como convidada da orquestra da Escola de Comunicação e Artes e fundou o quinteto de cordas feminino *Modus Vivendi*.

Algumas publicações de que participa: “*Cidades Seguras, Livres de Violência contra Mulheres e Raparigas*” da ONU MULHERES 2016; “*Inclusão Da Mulher Na Esfera Socioeconómica: Concessão De Crédito Bancário Às PMEs Das Mulheres Avicultoras No Município Da Matola*” CeCAGe-UEM e Cooperação Italiana. Autora da biografia “Vivências que inspiram” trajetória de vida de Marina Pachinuapa, antiga combatente da luta armada e coronel na reserva. “*Dicionário de termos musicais*” Imprensa Universitária-UEM.2018

Áreas de interesse: feminismos africanos, juventude, participação política e cidadania.

Maria Salomé Massingue, tem 30 anos de idade e trabalha na N’weti- Comunicação para Saúde desde o ano de 2014 como Conselheira da Plataforma de Mensagens. Juntou-se a N’weti com intuito de profissionalizar sua área de trabalho de área de Saúde Sexual e Reprodutiva que é a sua maior paixão. Tem contribuído para tornar a informação sobre diversas temáticas ligadas a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos para os adolescentes Jovens em particular articulada numa abordagem de género mais acessível as adolescentes e como integrantes das organizações que trabalham na área dos direitos humanos de forma a ampliar o conhecimento e criar consciência sobre a importância dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Juntou-se à pesquisa sendo a N’weti membro do Fórum Mulher e como ponto focal para o Fórum Mulher para aumentar seu conhecimento sobre representação e legitimidade ao longa da pesquisa identificou-se com a mesma por seu pesquisa acção ao permitir implementar actividades e melhorar como forma não só de conhecer mais os processos sobre representação e legitimidade mas também como espaço de dar contributo para melhorar as acções com as integrantes das organizações envolvidas em estudo.

Rebeca Mabui, é uma mulher camponesa, residente no distrito da Manhiça é membro da AMUDEIA (Associação das Mulheres desfavorecidas da Manhiça) e do FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais) a sua afirmação política, vem das suas lutas quotidianas pelo acesso a terra, por sementes orgânicas, pelos métodos ecológicos de produção. É no enfrentamento que faz contra os projectos estatatis e privados que degradam o meio ambiente e colocam em causa a sustentabilidade das famílias, ela ganhou legitimidade junto das mulheres rurais para representá-las. Ela é a voz das mulheres rurais.



Abreviaturas

ABEVAMO – Associação das Mulheres de baixa renda , pessoas vivendo com HIV/Sida e trabalhadoras de sexo

AMUDEIA- Associação das Mulheres Desfavorecidas da Manhica

LAMBDA- Associação das Minorias Sexuais

FOMMUR- Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais



Tabela de conteúdos

1. Introdução.....	11
1.1 Relevância do estudo	11
1.2 Quadro Analítico	12
1.3 Processo metodológico: flexibilidade e inovação.....	15
2.1 Primeiro ciclo	16
2.1.1 Participantes e actividades	16
2.1.2 Oficina de discussão dos resultados emergentes	16
2.2 Segundo ciclo	17
2.2.1 Participantes: perfil das organizações	17
2.2.2 Micro-acções & Reflexões.....	18
2.2.3 Roda de leitura.....	18
2.2.4 Oficina de escrita	18
2.2.5 Limitações da pesquisa:	18
3. Análise dos resultados/Principais Constatações.....	19
a. Subcontratadas para provisão de serviços	19
b. Advocacia e campanhas públicas.....	21
c. Assistência técnica.....	21
d. Mobilização para a acção colectiva	21
3.2 Representação da sociedade civil em espaços convidados	22
3.3 Quais os mecanismos de diálogo e de construção da sua agenda entre as organizações de mulheres e os grupos que representam?	24
a. Mecanismos de diálogo e construção de agenda centrados em organizações e em seminários	24
b. Interações com mulheres e raparigas centradas na “educação/sensibilização”, provisão de serviços e busca de aliadas para agendas.....	25
c. Ênfase no levar informação para as mulheres representadas do que destas para os espaços de participação.	26
3.4 Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles?	27
a. Problematizando - legitimidade como uma faca de dois gumes	27
b. Organizações feministas versus organizações de mulheres.....	27
c. Profissionalização das ONGs, dinheiro, credibilidade e desigualdades sociais.....	28
3.5 Reafirmando o seu compromisso como rebatamento de críticas.....	31



a. Elevada mobilidade/transitabilidade das pessoas (sociedade civil, Estado, doadores) ..	32
c. Distanciamento em relação aos cidadãos e cidadãs	33
3.6 Hierarquia, autoridade, burocracia, relações desiguais de poder nas organizações	34
a. Tensão entre falar pelas mulheres e criar condições para as mulheres falarem em primeira pessoa	34
b. O lugar dos homens (e organizações de mulheres geridas por homens).....	36
c. Legalização e legitimidade	37
d. A geografia da legitimidade	37
4. Conclusões e Recomendações	38
4.2 Conclusões	38
4.3 Recomendações	39
5. Referências Bibliográficas	40



1. Introdução

O presente documento descreve os objetivos, metodologia e resultados da pesquisa “Fortalecendo a Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil para o Empoderamento e Responsabilização Social: Pesquisa-acção com organizações do movimento em prol dos direitos das mulheres em Moçambique”. A pesquisa-acção resulta de uma parceria entre o Fórum Mulher, uma rede feminista moçambicana e Instituto de Estudos de Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, no Reino Unido, no âmbito do programa de pesquisa “Acção para o Empoderamento e Responsabilização Social”, *Action for Empowerment and Accountability* coordenado pelo IDS, que envolve Egipto, Mianmar, Moçambique, Nígeria e Paquistão. O programa de pesquisa Acção para o Empoderamento e Responsabilização Social visa responder a pergunta *de que maneira e em que condições a acção social e política contribuem para o empoderamento e responsabilização social em contextos de fragilidade, violência e conflito?* O presente estudo explora esta questão a partir de uma análise das OSCs que trabalham em prol dos direitos das mulheres. Concretamente, o estudo investiga em que medida as acções empreendidas por estas organizações lidam com questões de representação política e inclusão e que formas de (des) empoderamento e responsabilização social emergem das mesmas.

1.1 Relevância do estudo

Analisar o papel das organizações da sociedade civil (OSCs) na mediação entre os cidadãos e o Estado e se está constitui uma forma efectiva e inclusiva de representação política ou extensão de processos de captura de elites e clientelismo é crucial para a compreensão de processos de promoção do empoderamento e responsabilização social, em contextos de fragilidade e pós-conflito. A maioria dos estudos sobre movimentos sociais serem sobre países de rendimento médio e contextos com instituições democráticas relativamente consolidadas; há muito menos literatura sobre contextos de pós-conflito, de baixa renda, dependentes de ajuda externa e com regimes políticos autoritários.

As OSCs em Moçambique tem assumido a identidade de representantes de grupos específicos ou da população como um todo, num contexto em que a representação através dos partidos políticos é problemática e em que estruturas representativas com base na classe e ocupação, tais como os sindicatos, possuem muito pouca autonomia em relação ao governo. Este papel de representação por parte das OSCs é cada vez mais posto á prova, pelo actual clima de tensão entre actores da sociedade civil e o governo, exacerbado por ataques violentos as vozes mais críticas ao partido no poder, Frelimo. As OSCs têm sido acusadas de representarem os interesses de “agentes externos”, como resultado da sua dependência ao financiamento externo, pondo em causa o seu direito de falar em nome das cidadãs e cidadãos moçambicanos, especialmente quando esse direito é também exigido pela Frelimo, devido a sua história e origem no movimento de libertação, contra o colonialismo Português. O défice de prestação de contas às constituências (*downward accountability*), incluindo aos membros das organizações e associações-membro, no caso de plataformas e redes, tem sido frequentemente referido nos estudos sobre governação e CSOs em Moçambique.

O contexto do surgimento das ONGs em Moçambique, muito marcado pelos projectos de ajuda ao desenvolvimento e o facto de, até muito recentemente, o financiamento externo às ONGs ter-se concentrado no apoio a iniciativas assistencialistas e na provisão de serviços, negligenciando outras formas de acção social, política e económica, contribuiu para a criação de uma cultura de fazer coisas “para” ao invés de “com” as cidadãs e cidadãos. Actualmente, há cada vez mais doadores a financiarem iniciativas que visam influenciar políticas e monitorar a sua implementação, das quais resultaram leis e



políticas mais progressivas e inclusivas. Contudo, há muito menos apoio para iniciativas que visam capitalizar o potencial inexplorado de parcerias entre as ONGs e as cidadãs e cidadãos, para garantir a implementação das políticas e leis existentes.

Os esforços discursivos de algumas organizações, tais como, a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e o Fórum Mulher (FM), entre outras, para se distinguirem de outras OSCs, através da ênfase nos termos “movimento”, “activista” e “construção de sujeitos políticos”, assim como, da adopção de formas de acção social e política mais contestaria, são de certa forma novos no panorama da sociedade civil moçambicana e tornam urgente o aprofundamento da discussão sobre representatividade, legitimidade e prestação de contas. Compreender as mudanças na forma como estas organizações veem e apresentam-se e a maneira como enfatizam a acção colectiva pode fornecer subsídios importantes sobre a importância atribuída a distância/proximidade entre as OSCs e as cidadãs e cidadãos, referida na literatura sobre Moçambique. Esta pesquisa pretendia contribuir para o actual debate, em Moçambique sobre: i) as fontes de legitimidade das OSCs engajadas em acção social, política e económica com vista ao empoderamento e responsabilização social; ii) se uma organização precisa de uma constituição como pré-requisito para poderem fazer *lobby* e advocacia, incluindo intervir em processos de formulação de políticas; e iii) que vozes e interesses estas organizações devem/podem representar.

Esta pesquisa-acção visava investigar em que medida as mudanças discursivas em algumas OSCs se tem traduzido em novas maneiras de trabalhar e interagir com as cidadãs e cidadãos e organizações de base, através de uma micro-intervenção com o Fórum Mulher e algumas das suas organizações-membro. Pretendíamos assim analisar as implicações da ênfase discursiva na construção de sujeitos políticos e consciência crítica para o empoderamento, identificar que coletivo está a ser formado através do trabalho de consciencialização do Fórum Mulher, e em que medida este resulta em acção social e política colectiva. Queríamos compreender em que medida o feminismo possibilita a emergência de um movimento inclusivo, que integra diversas classes sociais, orientações sexuais e afiliações partidárias, grupos e instituições informais, assim como acções colectivas que não são necessariamente formuladas em linguagem feminista. Um elemento importante desta análise foi descortinar as tensões entre acção social e política profissionalizada e voluntária. Dados os desafios do actual contexto moçambicano, o estudo prestou ainda atenção aos efeitos do fechamento do espaço da sociedade civil e o silenciamento de vozes mais críticas afectam os esforços das OSCs para fomentar acção colectiva por parte das mulheres.

A pesquisa foi guiada pela seguinte pergunta: *em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva?*

Especificamente a pesquisa, procurou responder por três sub-questões:

- Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o estado em Moçambique?
- Quais os mecanismos de diálogo entre as organizações de mulheres e os grupos que representam e de construção da sua agenda?
- Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles?

1.2 Quadro Analítico

“... uma vez que nem todos os cidadãos têm acesso a essas organizações, pois o ingresso nelas é restrito, o papel dessa ‘sociedade civil’ não é um factor de ampliação da democracia. Essa ‘sociedade civil’ pode até funcionar como um factor que atrofia a democracia, na medida em que ela



substitua a participação directa dos cidadãos em geral, e funcione como uma espécie de tampão entre o Governo e o povo. O Governo põe o povo à distância, interpondo a 'sociedade civil' ...” (Afonso dos Santos, in Savana 08.02.2008, p. 7 citado em Francisco 2010:84).

Porta-vozes, elo de ligação: pesquisa sobre os conselhos de escola

Nesta pesquisa inspiramo-nos nas teorias sobre representação política, responsabilização social e empoderamento. Em relação ao empoderamento usamos a definição adoptada no programa de pesquisa mais amplo, onde o mesmo é entendido como “uma forma subjectiva e objectiva de estar, onde as pessoas tem uma voz amplificada para decidir sobre coisas que afectam as suas vidas, possuem um amplo leque de escolhas e possibilidades para fazê-lo na esfera social, política e económica, assim como um maior controle sobre as suas próprias vidas”. O nosso entendimento de empoderamento vai para além do individual e integra o colectivo como um elemento essencial.

Ainda em linha com o programa de pesquisa usamos os termos responsabilização social/prestação de contas (*accountability*), com enfoque na prestação de contas por parte das OSCs as suas constituências e seus efeitos nas exigências que estas fazem aos tomadores de decisão, por maior prestação de contas. Tal pressupõe considerar como as OSCs se movem no continuum representativo-não representativo da responsabilização social.

Revisão de literatura:

OSCs em Moçambique: a questão da legitimidade das OSCs tem sido também cada vez mais mencionada em relação à sua sustentabilidade política (Rocha, Salimo), sobretudo no âmbito de pesquisas operacionais e avaliações. Por exemplo, Taela (...) refere que o estabelecimento de redes e plataformas da SC reflecte uma busca protecção contra represálias através da criação de identidades institucionais colectivas. Na mesma senda, Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras (2015) indicam que “as acções conjuntas, nomeadamente via o trabalho em rede” constituem tentativas de reforço da sustentabilidade política das OSCs. Contudo, a sustentabilidade política vai muito para além da protecção via estabelecimento de redes, alianças verticais e horizontais e acção conjunta entre OSCs envolve, como defende Rocha (...) a construção de uma forma base social, com consciência política e envolvidas em acção social e política, transcendendo mecanismos formais e institucionais.

A construção de uma base de cidadania para a sociedade civil em geral como elemento da sustentabilidade política.

Fontes de legitimidade – exemplos: as organizações de pesquisa e advocacia cuja legitimidade deriva não necessariamente da existência de uma constituição mas pela “credibilidade e solidez do seu trabalho”; defesa adequada de suas causas e capacidade para defender essas causas; o assunto (causa defendida) e representatividade (grupo que representa). Falar em nome de um grupo do qual se faça parte implica ouvir e transmitir as preocupações do grupo mais amplo e não os seus próprios interesses; defesa de interesses comuns.

O número de membros/representatividade numérica é algumas vezes usado como critério de legitimidade, contudo a nossa pesquisa revelou como os membros podem estar desvinculados da vida da associação e desinformados sobre a missão e visão da mesma. A importância de as OSCs terem credibilidade junto dos seus membros.

UNAC - A necessidade de ter presença e raízes locais, como requisito para defender os interesses dos camponeses.

Governança interna – a fraca participação dos órgãos sociais na vida associativa, a falta de democracia interna, a necessidade de dar / reforçar a voz activa aos membros, a dependência da figura do líder –

perpassam no discurso de muitos entrevistados. Como dissemos, as fragilidades a nível de capacidade interna, que por vezes são objecto de mediatização, têm reflexos negativos na credibilidade geral das OSCs (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:66). O discurso da legitimidade/credibilidade aparece muitas vezes associado a falta de confiança por parte dos doadores que se traduz na dificuldade de acesso a financiamento devido a deficiente governação interna (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:69).

Ser exemplo, fazer o que prega: democracia, transparência e prestação de contas

Os efeitos da legitimidade perante os doadores: capacidade para alcançar resultados, falar a linguagem dos doadores, capacidade para comunicar oralmente e por escrito em Inglês, para cumprir regras financeiras e administrativas dos doadores.

“Assimetria na distribuição geográfica dos recursos humanos e financeiros, que limita a capacidade das OSCs que actuam em contacto directo com as populações. Neste contexto, Francisco assinala essa discrepância de recursos referindo que apesar de haver 75% de OSCs formais a actuar nas comunidades rurais e distritos, as OSCs nacionais e internacionais activas nos principais centros urbanos, sendo 7% do total, concentram mais de metade dos recursos humanos e financeiros.” (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:70)

Relação entre legitimidade e credibilidade: Francisco (2010) identifica cinco desafios para as OSCs moçambicanas reforçarem a sua credibilidade nomeadamente: coragem, honestidade, excelência, transparência e confiança (na sua integridade e competência). Que nível de confiança disfruta a sociedade civil moçambicana? Aumento da confiança através de maior eficiência e eficácia na execução das suas actividades, execução de programas úteis à sociedade (...) os doadores aumentariam o apoio financeiro disponibilizado.

Relação entre legitimidade e relevância: *“Enquanto o conhecimento sobre o estado das OSC formais (tanto conhecimento qualitativo como quantitativo) aumentou substancialmente na última meia dúzia de anos, o mesmo não pode ser dito sobre as representações e redes da sociedade civil, informais e praticamente desconhecidas, mas que são aquelas que no quotidiano são mais relevantes em termos sociais e de satisfação dos interesses comuns dos seus participantes.”* (Francisco 2010:69)

Índice da Sociedade Civil Moçambicana – “...**As subdimensões incluídas na estrutura**, com a respectiva pontuação para a SCM são: amplitude (1,2) e profundidade (1,2) da participação cidadã; diversidade de participantes na SC (1,3); nível de organização (0,6); inter-relações dentro das OSC (1,5) e recursos (0,7). A pontuação média agregada da estrutura, referente ao ano 2007 em Moçambique, foi de 1,1 ponto (...) **Na dimensão Impacto**, como o termo sugere, avalia-se o impacto ou influência dos actores da SC na vida das pessoas e da sociedade. A SCM apresenta a seguinte pontuação: política pública (1,2), escrutínio do Estado e empresas privadas (0,5), resposta aos interesses sociais (1,0), empoderamento dos cidadãos (0,8) e resposta às necessidades sociais (1,3). A pontuação do Impacto da SCM foi de 1,0 ponto; ou seja, impacto fraco, principalmente no escrutínio e monitoria das contas e funcionamento do Estado e das empresas privadas.” (Francisco 2010:70)

Estratégias de busca de legitimidade – exemplos: i) (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015) entendem a nacionalização de organizações não-governamentais internacionais (ONGIs) como estratégia de busca de legitimidade para participar no diálogo político e fazer face às restrições impostas a sua presença pelo governo moçambicano, que cada vez mais questiona a necessidade de recrutamento de profissionais internacionais num contexto em que há cada vez mais moçambicanos qualificados.

Falta de legitimidade – exemplos: plataformas ou fóruns da SC que “deixaram de ser consideradas verdadeiras representantes dos seus membros”, sobretudo por quererem executar projectos e como consequência acabarem competindo com os seus membros por financiamento. Como resultado, elas deixam de ser vistas como “coordenadoras, porta-vozes e protectoras dos interesses das organizações-



membro. Outro motivo comum de queixa refere-se a falta de envolvimento das organizações-membro nos processos internos de tomada de decisão (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015)

Dificuldades em promover aprendizagem, articulação e proximidade entre os seus membros.

Co-optação das lideranças – “Os casos de co-optação são múltiplos e têm tido impactos negativos na medida em que o representante e / ou a própria OSC se acomodam e passam a actuar em conformidade com a política das entidades que deveriam vigiar e monitorar.” (Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015:65)

Importância da independência política/incapacidade/dificuldades em ser a voz dos cidadãos

A mobilização da população – exemplos: marchas mobilização da participação da população em eventos pontuais. Comunicação com a população via mecanismos institucionalizados.

A articulação entre as esferas formal (organizações com existência legal, tais como associações, fundações e ONGs) e informal sociedade civil. “

“Promover as OSC informais, através de vias flexíveis de formalização, maior visibilidade e reconhecimento das redes informais, abre campo para parcerias com enorme potencial. Parcerias entre as OSC formais e informais, com o objectivo de tornar as OSC com maior visibilidade pública mais relevantes socialmente, e vice-versa; com o objectivo de tornar as OSC informais socialmente relevantes mais visíveis e activas nos meios politicamente decisórios e influentes.” (Francisco 2015:91)

Definição de agenda. Topsøe-Jensen, Pisco, Salimo e Lameiras 2015 identificam a falta de autonomia das OSCs para definir as suas próprias agendas por depender das prioridades dos doadores, com um problema e recomendam o estabelecimento de MdE em que o direito a definição de suas próprias agendas seja assegurado assim como financiamento às organizações ao invés de projectos.

“Parte das OSC urbanas, as mais visíveis e com mais acesso a recursos financeiros, desperdiçam enormes energias em seminários e workshops, dando a impressão que só existem para legitimar e avaliar as políticas implementadas, sobre os mais variados temas em voga – dívida externa, epidemia do HIV-sida, pobreza absoluta, empowerment da mulher, grupos desfavorecidos, meio ambiente, para citar apenas alguns dos temas mais apelativos - sem, de facto, se preocuparem com a realidade vivida pelo povo moçambicano. A má reputação das OSC deriva também da percepção de certos activistas, convencidos de que o sucesso é facilmente conquistado se exibirem ou agirem em função das aparências, em vez de agirem e interagirem com os cidadãos” (Francisco 2010:57)

1.3 Processo metodológico: flexibilidade e inovação

Este projecto de pesquisa visava facilitar um processo de reflexão e acção colectiva em torno das relações entre as organizações que promovem os direitos das mulheres e as mulheres e raparigas a quem representam, tomando como ponto de partida o Fórum Mulher e organizações-membro. Tratou-se de uma micro-intervenção sem pretensão de representatividade, através da qual procuramos apoiar a produção de conhecimento baseado em reflexões críticas das organizações participantes sobre a sua prática.



2.1 Primeiro ciclo

2.1.1 Participantes e actividades

2.1.2 Oficina de discussão dos resultados emergentes

Esta oficina inseriu-se no processo de recolha e análise dos dados, i.e. foi parte integrante do processo de pesquisa-acção. Pretendíamos alargar a discussão e incluir outras vozes que não participaram do primeiro ciclo. A pesquisa foi desenvolvida em duas fases, nomeadamente a primeira composta pelo grupo de referência do qual faziam parte representantes das organizações da sociedade civil e doadores, escolhidas não pela posição na organização em que trabalham mas pelo nível de compromisso e capacidade crítica em relação a governação, cidadania e direitos humanos. Por outro lado, tínhamos participantes que representavam as associações membros do Fórum Mulher, como AMUEDO (associação das empregadas domésticas), Rede Hopem (associação que representa o envolvimento masculino), Lambada (associação que representam as minorias sexuais), ABEVAMO (Associação que representa as mulheres trabalhadoras de sexo), FOMMUR (Fórum das Mulheres Rurais), AMUDEIA (Associação das Mulheres Desfavorecidas da Manhica). Neste primeiro ciclo participaram entre 10 a 15 associações membros e não membros do Fórum Mulher.

Na segunda fase da Pesquisa, houve uma redução de participantes quando comparamos como o primeiro ciclo, porque esta fase implicava no maior compromisso da associação para fazer uma acção concreta na sua instituição, com impacto na discussão sobre formas de poder e legitimidade, abertura para reconhecer formas menos democráticas de representação. Apresentaram-se como voluntárias as seguintes organizações: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo), FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais); Lambada (Associação das Minorias Sexuais). Estas três associações realizaram as micro acções na dimensão prática combinada com a análise crítica colectiva sobre os significados e sentidos dos discursos e atitudes dos membros e activistas envolvidos. Tendo resultado em: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo) realizadas uma na baixa da cidade de Maputo, mediante observação e diálogos informais com as Trabalhadoras de Sexo e duas sessões de grupos focais com trabalhadoras, educadoras de pares e navegadoras). E o mesmo número de microacções para FOMMUR, sendo dois grupos focais com membros e não membros da AMUDEIA e do FOMMUR e uma acção no mercado do bairro Palmeiras, e por último duas acções na Lambda, sendo um grupo focal com agentes comunitários e outros e uma acção no campo de futebol.

Durante a oficina apresentamos e discutimos as questões que emergiram do primeiro ciclo de reflexão individual e colectiva. As apresentações e discussões foram em torno dos seguintes temas:

- ✚ Os sentidos e significados da representação: Foco nos conceitos;
- ✚ Quem pode falar em nome das mulheres? Foco nos actores;
- ✚ Dilema da representação e legitimidade no contexto da cooperação para o desenvolvimento relações de poder, prestação de contas: Foco nos desafios e oportunidades;
- ✚ Práticas individuais e organizacionais para fortalecimento da legitimidade: Foco na acção;

O segundo ciclo da pesquisa acção foi influenciada pelas contribuições recolhidas durante o seminário de 4 e 5 de Abril de 2018, onde foram partilhadas os resultados da primeira etapa da pesquisa que resultou na discussão e levantamento das seguintes questões:

- ❖ Quais são as mulheres invisíveis, na nossa acção de promoção dos direitos humanos das mulheres? Como é que as representamos? Que diálogos podemos fazer com estes grupos?
- ❖ Para além da legitimidade política, quais são as outras formas de legitimidade? Quem as define? Porque muitas vezes nós não nos sentimos representadas, por quem tem representação formal?



- ❖ Sou assistente social de formação, uso a minha formação para informar, instruir e buscar apoio para a mulher com hiv, na associação Hixikwane (associação de mulheres vivendo com hiv e sida) foi difícil nos primeiros momentos, porque não me aceitavam, achavam que eu estava lá por dinheiro.
- ❖ Represento os/as idosos/as porque é a minha idade, contribuo para que mude do estilo de vida na fase idosas para prevenir algumas doenças.
- ❖ Sou educadora de pares das trabalhadoras de sexo, ninguém precisa representar as trabalhadoras de sexo, elas mesmo falam.
- ❖ Tensão entre ser porta voz das necessidades das mulheres e ser facilitadora para que as mulheres falem na sua própria voz.
- ❖ Será que os homens podem falar em nome das mulheres?

A representação dos homens foi questionada, mas igualmente se questiona a representação das mulheres urbanas falarem das mulheres rurais? É uma questão essencialista, afirmar que só as mulheres rurais podem falar de si mesmas. Durante o seminário, houve entendimento de que o apoio dos homens é bem vindo, mas eles devem trabalhar para sensibilizar outros homens, e questionar a masculinidade e a perpetuação da violência sustentada pelo patriarcado. E sobre o feminismo, há uma necessidade de aprofundar as suas contribuições na formação cidadã, ao fornecer várias alternativas para as mulheres e homens explorar novas oportunidades para um ambiente sem violência. Persiste a necessidade de transformar os princípios e valores feministas nas práticas de gestão das organizações e não colocá-las apenas como imagem decorativa. Porque as organizações mesmo assumindo uma identidade feminista, elas continuam resistentes no uso de máquina patriarcal que estrutura a gestão e governação.

2.2 Segundo ciclo

2.2.1 Participantes: perfil das organizações

Na segunda fase da Pesquisa participaram as seguintes organizações: ABEVAMO (Associação das Mulheres Trabalhadoras de Sexo) que inclui mulheres de baixa renda e vivendo com Hiv, foi formada em 2006 e registada em 2016. Actua através de projectos específicos na área de prevenção do hiv e sida entre as mulheres trabalhadoras de sexo. FOMMUR (Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais), é uma rede de várias organizações moçambicanas que actuam na área da terra no país, onde estão representadas mulheres de todas as províncias. Tem actuado politicamente no enfrentamento das questões de usurpação das terras das mulheres camponesas. E no fortalecimento do movimento das mulheres camponesas a nível das províncias. Lambada (Associação das Minorias Sexuais) é uma associação que vem lutando a mais de 10 anos pela sua legalização, actuando no campo da advocacia pelo reconhecimento jurídico das minorias sexuais. Tem providenciado apoio para jovens e adolescentes gays, lésbicas,, travestis que enfrentam discriminação nas suas famílias.



2.2.2 Micro-acções & Reflexões

Estas três associações realizaram as micro acções na dimensão prática combinada com a análise crítica colectiva sobre os significados e sentidos dos discursos e atitudes dos membros e activistas envolvidos. Tendo resultado nas seguintes microacções:

- ❖ **Abevamo**
 - 1 na Baixa da Cidade de Maputo (observação e conversa informal com Trabalhadoras de Sexo)
 - 2 no escritório da Abevamo (grupos focais com TSs, um dos quais com educadoras de pares e navegadoras)
- ❖ **Fommur/Amudeia**
 - 2 na Amudeia (grupos focais com membros e não-membros)
 - 1 na rua/mercado Bairro Palmeiras (conversas informais)
- ❖ **Lambda**
 - 1 no espaço seguro da Lambda - Choupal (grupo focal com agentes comunitárias e outras)
 - 1 no campo de futebol – Urbanização (grupo focal com mulheres futebolistas)

Houve ainda um momento de troca de experiência no IDS onde as equipas de pesquisa dos 5 países envolvidos no programa de pesquisa partilharam os diferentes métodos utilizados nos seus projectos de pesquisa. Na ocasião foi ainda discutido como analisar dados e os desafios enfrentados pelos pesquisadores.

Ainda neste ciclo no final de cada micro acções as pesquisadoras intercalavam com uma reflexão.

2.2.3 Roda de leitura

As rodas de leitura foi um outro método adoptado na pesquisa, desenvolvidas em grupo de forma física assim como virtual através do redes sociais, tem sido criado para o efeito um grupo de whatsapp onde eram partilhados e discutidos textos. Este método ajudou a conhecer outras teorias e abrir as mentes sobre os temas de representação e legitimidade pois as elas traziam reflexões bastantes complexas sobre os temas de pesquisa. Foram realizadas cinco rodas de leitura com duração de duas horas cada roda.

2.2.4 Oficina de escrita

A pesquisa contou também com uma oficina de escrita envolvendo as pesquisadoras com objectivo de colectivamente sistematizar e elaborar o relatório de pesquisa e experimentar metodologias participativas que estimulem a escrita individual e colectiva das organizações da sociedade civil. Serviu de base para estrutura o presente relatório e definir as questões orientadoras para redacção dos textos.

2.2.5 Limitações da pesquisa:

“Em relação ao conteúdo das discussões, eu senti que falar sobre representação é difícil, falar sobre associação é difícil, falar sobre reivindicação de direitos talvez seja uma janela que a pessoa pega e acha que consiga conversar mais sobre isso, ou falar mais sobre isso. Eu digo isso porque senti na actividade da Elina, sobretudo, que tem uma tendência das pessoas em falar sobre a sua própria história, sua experiência e as suas lutas, e para mim isso foi super valioso e nós sabemos que, o que a Withney disse, demonstrou, permitiu-nos mais conhecer sobre aquela minha interlocutora, então isso para mim foi importante. Contudo, aquela

discussão existir uma organização, associação que defende os interesses das trabalhadoras de sexo, seja a ABEVAMO, seja a Tiane, seja outras, o que isso significa para nós trabalhadoras do sexo? E a questão de como isso é ou não um espaço para nós reivindicarmos os nossos direitos, isso é que foi mais difícil de extrair e isso é algo que nós não conseguimos fazer na última actividade. do sexo? E a questão de como isso é ou não um espaço para nós reivindicarmos os nossos direitos, isso é que foi mais difícil de extrair e isso é algo que nós não conseguimos fazer na última actividade. Agora, tendo dito isso, quando nós no final, quando fiz uma pergunta sobre o 2 de julho, nesse momento, aquela coisa de nós reivindicarmos, queremos sair a rua porque é o nosso dia, queremos reivindicar os direitos das trabalhadoras de sexo, nesse momento saiu, e tem haver com a pergunta, com a forma que nós iniciamos a actividade, mas eu não vejo outra forma de nós iniciarmos a actividade com o grupo que nós não conhecíamos, eu acho que não seria até, para própria pesquisa, iniciarmos com qualquer tipo de perguntas. Foi bom ter começado com aquele tipo de perguntas, conhecendo as histórias das mulheres. É importante criar espaços de partilha e tudo isso, mas também é importante porque a maioria delas era educadora de pares ou navegadora de pares, ligadas a implementação do projecto. As vezes as pessoas têm receio de falar porque não entendem bem quem nós somos, o que a gente quer fazer e não quer pôr a Elina ou a ABEVAMO em situação difícil.

E eu digo isso porque a actividade com a Aldo foi diferente, e não digo que foi diferente porque tenha sido essa a intenção, não foi intencionalmente diferente, aconteceu, mas é interessante para reflectirmos das diferenças para reflectir os espaços. Na actividade da Aldo foi fora da Lambda, num espaço da Lambda, mas num espaço que toda gente poderia esquecer que aquele espaço era da Lambda. Até porque não tinha nada nas paredes, não tinha símbolos, os únicos símbolos da Lambda foram aqueles folhetos que foram levados, e os quadros também... Mas, ou seja a pessoa poderia esquecer, nós chegamos lá e acho que a Aldo, tinha música, a ideia de ter música quebra aquela coisa de projecto de trabalho, descontraíu. O facto de ter podido, ter sentado no chão, tínhamos levado fruta e a Júlia pôs a fruta no chão, acho que isso ajudou, e no caso da Elina acho que fruta por volta da mesa ajudou, sem muita formalidade.”

3. Análise dos resultados/Principais Constatações

A proposta é discutir os resultados à luz das perguntas de pesquisa. Para cada uma das perguntas devemos também reflectir sobre os efeitos da pesquisa-acção na mudança de perspectiva e/ou práticas. Essas podem aparecer em caixinhas, situadas nas subsecções relevantes.

- ❖ *Qual o papel das organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres em mediar a relação entre as mulheres e raparigas e o estado em Moçambique?*
- ❖ O foco foi em ONGs – há um grande debate na literatura internacional e nacional sobre o papel das ONGs num contexto de neoliberalismo onde se destacam fundamentalmente dois papéis – provisão de serviços e advocacia. Este debate inclui críticas acirradas sobre o que consideram formas de acção que pouco ou nada contribuem para a formação de sujeitos políticos.

a. Subcontratadas para provisão de serviços

- **Estado**
 - Transferência de papéis na provisão de serviços públicos (e.g. violência, saúde sexual e reproductiva)

-
- **Doadores**
 - Intermediação & Gestão de subvenções (e.g. Fórum Mulher)

“Elas tinham os kits de testagem e convidavam as pessoas a entrarem e a fazerem o teste de HIV e nesse momento para mim o que fica e aparece é o projecto e a prestação de um determinado serviço.” Kátia, Notas de Reflexão da Microação da AMUDEIA, pág.3

Onde está ABEVAMO? Esta questão nos ajuda, a discutir se estamos articulando uma pauta, que demanda do Governo o cumprimento dos objectivos fundamentais para a materialização do Estado de Direito Democrático, ou estamos nos transformando em provedoras de serviços. Isso tem consequências, na relação que estabelecemos com o Estado. Qual é a sustentabilidade dos serviços que fornecemos? Actualmente o discurso das organizações é que estamos complementando o trabalho do Governo. Então quem está fazendo o associativismo?

Os fins que a associação persegue ficam diluídos na sua articulação com o Estado. Quando falamos na diluição da missão e visão das organizações em relação a sua identidade, elas estão relacionadas como dinâmica global de financiamentos, que tem gerado a criação de uma cadeia de intermediários a nível nacional assim como internacional. Que determinam a tipologia de organizações que tem acesso aos fundos, através dos chamados de propostas que são lançados. O associativismo é justamente este resgate ao processo de sustentação da legitimidade das organizações, na sua acção quotidiana com os diferentes grupos que representam.

“Eu Rebeca não tenho condições 100% mas gostaria de andar a sensibilizar outras mulheres sobre o associativismo, mesmo nos bairros, é como feminismo, porque se a mulher não tiver feminismo activismo será difícil.” Rebeca, Notas de Reflexão da Microação da AMUDEIA, pág.1

Na fala acima da Rebeca, há um elemento que se destaca junto ao associativismo, que é o feminismo. Ao estabelecer esta relação, ela agrega uma dimensão de autonomia política e liberdades que não cabem nas categorias pré estabelecidas num quadro lógico solicitado pelo parceiro.

A pesquisa nos remete ainda, a pensar nas dinâmicas quotidianas das organizações, que são baseadas nas categorias pré definidas: educadores de pares, supervisoras, pontos focais... e no cumprimento de metas já estabelecidas nos projectos. A mobilização das pessoas é feita para responder aos objectivos do projecto e não a missão da associação. Há oportunidades de expandir a acção cidadã, ampliar as liberdades individuais e colectivas que não estão sendo aproveitadas pelas associações.

As reflexões das participantes na pesquisa apontam para a necessidade de as mulheres activistas despirem-se dos seus próprios preconceitos e estereótipos em relação as mulheres, como um ponto de partida importante para poderem chegar a elas. É imperativo desconstruir o maternalismo que informa muitas das suas intervenções em que as outras mulheres são percebidas como objecto de suas intervenções ao invés de sujeitos políticos.

A violência que as mulheres trabalhadoras de sexo enfrentam, devia ser visibilizada e enfrentada no espaço público como questão de direitos humanos. As organizações ao se posicionarem como complementadoras de provisão dos serviços fornecidos pelo Estado, elas actuam no campo assistencialista e invisibilizam a violência praticada pelo próprio Estado.

“ABEVAMO precisava de meninas trabalhadoras de sexo para trabalhar e de lá fui a formação como educadora de par e chegando aqui me escolheram para ser navegadora de par.” Isaura, Segunda microação da Abevamo, pág.3



“E não é exigir da ABEVAMO, a ABEVAMO é uma associação, mas existe um Estado, existem instituições que são responsáveis em garantir aqueles direitos para todas as cidadãs e cidadãos moçambicanos, mas nós precisamos de reclamar e exigir esses direitos, que as vezes implica sair para rua, não é? As vezes implica nós juntarmos as outras pessoas e reclamar direitos.” Kátia, Segunda microação da Abevamo, pág.14

A primeira conexão que é demonstrada, é a relação com o acesso ao emprego, não é a demanda por autonomia e pelo reconhecimento político da identidade trabalhadora de sexo. Por via de um projecto específico existem reivindicações que são apresentadas mas dentro dos limites estabelecidos pelo doador.

b. Advocacia e campanhas públicas

Reformas legislativas (e.g. Lei da Violência, Lei da Família, Código Penal)

Teresa: Basta de violência!

Denúncia/ reivindicação (e.g. Cerveja Laurentina Preta – 2M)

Acção das maxi-saias

c. Assistência técnica

Contribuições técnicas para documentos

Formações

Consultoria

Pesquisa/produção de conhecimento/evidência- em reforço da legitimidade da sua “causa”, as organizações buscam sensibilizar os grupos representados, mas também construir evidências em forma de pesquisas, relatórios etc.

“Portanto, quais são os diferentes que são usados por esta organização para que o que falam e digam, de facto representem a alguns grupos específicos? (...) Mas então quais são os elementos que ela usa para que ela possa ter esta legitimidade que não provem da comunidade, i.e. de uma base. Estamos a falar de pesquisa, organizações que são orientadas por pesquisa, que usam muito a evidência (Eleásara Antunes, Embaixada da Holanda, Oficina.Abril,2018).

d. Mobilização para a acção colectiva

Para Dagnino a ligação entre representado e representantes é demonstrada clara e inequivocamente pela capacidade de “convoking/assembling” dos representativos que, por sua vez é possível pela exigência dessa ligação” e adianta que “a visibilidade dos representados em marchas e demonstrações nas ruas ou enchendo as salas onde as prioridades de investimento do governo são escolhidas, de modo a participar nas decisões feitas, (...) é o factor crucial da efectividade dos seus representantes.” Assume-se aqui a existência de relações orgânicas e articulação de interesses, ao invés de mera coincidência de interesses, entre representantes e representadas.

Contudo, tal como a própria Dagnino aponta é importante perceber as práticas de representação á luz das especificidades da sociedade civil em análise e do contexto histórico nas quais elas tem lugar. No nosso contexto é importante considerar a relação com o Estado, com instituições de governação global, com os doadores, com grupos transnacionais, assim como entre os vários actores da sociedade civil. Estes elementos influenciam tanto as características dos espaços de representação assim como as



agendas que neles são defendidas. Por exemplo, a relação com o Estado e doadores e as relações de poder entre os vários actores da sociedade civil influenciam quem é incluído ou excluído dos processos.

As interações entre o Estado e os cidadãos influenciam também o tipo de práticas de representação adoptadas. Enquanto em alguns contextos, as marchas e demonstrações nas ruas são bastante comuns e atraem milhares de pessoas, em Moçambique há muita resistência a expressões públicas de descontentamento com o sistema político e há um medo enraizado de ocupar o espaço público e de protestar. Isso é resultado da intimidação gerada pelo Estado, através da militarização das ruas e o reforço da cultura de medo. Nas primeiras acções de ocupação das ruas, as manifestações do Fórum Mulher eram acompanhadas pela Banda Militar, podemos afirmar que não tínhamos uma dimensão política forte sobre as nossas pautas e a relação com governo. Nossas acções pareciam uma orquestra harmoniosa na companhia da Banda Militar. Quando começamos a reivindicar o nosso espaço político, percebemos que afinal que não precisavamos de Banda Militar e aí estávamos claramente numa situação de confronto, que era visto como afronta ao governo. São exemplos as cções que realizamos contra a introdução das maxi saias (2016), Código Penal (2014) que denunciavam as artimanhas do patriarcado para manipular a lei em benefício dos homens.

As mulheres do Fórum Mulher são conhecidas como “as marchantes” mas a questão quem são as mulheres que marcham e até que ponto conseguem mobilizar outras mulheres para juntarem-se a elas. Geralmente assume-se que “há falta de consciência política” e que tal impede que outras mulheres se juntem. Mas para além do medo enraizado e da falta de consciência política haveram outras explicações? Estas dúvidas são partilhadas por algumas das mulheres envolvidas nesta pesquisa. Matilde, líder da associação moçambicana de trabalhadoras domésticas questiona-se,

“Será que o grupo que eu lidero será que eu represento mesmo a elas, porque o sector doméstico tem muitos problemas. Estamos a lutar de um lado para o outro, mas para as nossas colegas parece que não estamos a fazer nada. Quando chega o momento de sair na rua ninguém quer sair. Eu estou a lutar pelo meu próprio esforço. Quando chega o momento de mobilização eu consigo andar em todas as ruas de Maputo, ruelas e becos. Dizem mama pode trazer capulana, mas quando chega o momento da verdade...[ninguém vai]” (Matilde – Amuedo, Oficina de Abril, 2018).

“Eu acho que em Moçambique nós temos uma grande dificuldade em construir movimentos, reivindicar e ir a rua. Por exemplo se falta água ou energia na minha casa eu não vou fazer alguma coisa na FIPAG ou uma manifestação. Vou reclamar no Facebook estou sem energia é isso que nós fazemos. Então o que falta para levantar a bandeira e sair a rua para reivindicar questões LGBT é muito mais complicado principalmente para nós mulheres, pela forma que nós somos educadas no nosso país. Nós somos educadas a vestir e nos comportarmos de uma forma, se eu apareço de forma diferente eu tenho que estar preparada para tudo que vier. Eu acredito que seja algo que está em processo mas também é fruto desse sistema que nos impede de reivindicar os nossos direitos quando nós queremos.” (Aldo, Lambda)

Há necessidade das organizações recuarem e reflectirem sobre as condições necessárias para mobilizar os cidadãos e cidadãs para a acção colectiva. O que deve vir antes dos protestos, que condições devem ser criadas para que ao serem chamadas, convocadas pelas organizações e/ou activistas para ir as ruas ou posicionarem-se as cidadãs comuns o façam? Será acesso a informação, algo explorado pela pesquisa do CIP em relação a indústria extractiva? Será maior consciência de direitos e deveres, uma das principais componentes das iniciativas das OSCs? Serão novas relações e maior conexão entre OSCs e cidadãos/cidadãs?

3.2 Representação da sociedade civil em espaços convidados

É certo que existem espaços de participação criados pelas instituições públicas para os cidadãos, juntamente com os funcionários públicos e outros intervenientes, discutirem diversos assuntos, contudo

na sua maioria são ineficazes e apenas um punhado de pessoas neles participa, que se assume, serem representantes dos cidadãos. Durante esta pesquisa ouvimos diversas vezes a frase “não possível toda a gente participar”, quase como para conferir legitimidade aos poucos que participam. Dado que nem todos podem participar é importante analisar não só quem participa mas sobretudo, em que medida as agendas por eles defendidas e os cursos de acção propostos representam os interesses de outros indivíduos ou grupos que não tenha acesso a estes espaços.

O Cubo de Poder desenhado por John Gaventa (2006) permite visualizar como funcionam os espaços de representação e mediação entre vários espaços e níveis e como diferentes formas de poder operam para silenciar ou excluir vozes. Contudo, é preciso ir para além dele e descortinar as práticas de representação em acção para além de cada dos espaços, i.e. desde o processo de selecção de representantes até a definição do que estes devem levar para os espaços, assim como os mecanismos de devolução do que foi discutido e acordado.



Dagnino (...) sublinha a centralidade das relações de poder na atribuição de legitimidade a diferentes formas de representação e representatividade notando que “na ausência de regras formais consolidadas, as relações de poder jogam um papel chave na definição, ad-hoc, de quem constitui ou não representantes legítimos.”

A natureza dos espaços onde a representação toma lugar também influenciam as práticas de representação. Por exemplo, frequentemente as práticas e o conteúdo da mediação nos espaços convidados são pré-determinados por quem convida. Algumas participantes na pesquisa referiram que tanto os funcionários do Estado como dos doadores geralmente querem falar com os representantes das organizações e não com as cidadãs. Esta tendência é percebida como uma barreira para a criação de espaços de interlocução mais democráticos e inclusivos que congregam uma diversidade de caras, vozes e causas. As participantes sublinharam ainda que tal coloca um peso muito grande nos representantes, que acabam passando mais tempo a interagir com funcionários do Estado, doadores e lideranças de outras organizações da sociedade civil, particularmente ONGs do que com os grupos que deveriam representar e mobilizar.

“ Os doadores querem reduzir a carga administrativa da selecção das ONGs beneficiárias, da monitoria dos projectos e do controle da utilização dos fundos atribuídos. Transferir estas tarefas para um fórum certamente poupa tempo e dinheiro, para além de reduzir o risco que o trabalho com a ONGS sempre traz.¹” O que fica evidente a preocupação mais com a gestão financeira, e menos com a causa e quem faz parte dela e de que forma se podem estabelecer mecanismos de comunicação. A prática resume-se em visitas rápidas aos “beneficiários” que é uma terminologia que reduz as pessoas a meros receptores de informação. Não gera um processo de interacção, não há troca de ideias, porque o “beneficiário” esta numa posição desigual. Portanto a dimensão financeira dos programas, influencia o tipo de representação das associações nos espaços convidados assim como criados.

Existem mecanismos de diálogos instituídos a nível das comunidades, tais como: os Conselhos de Escolas, Conselhos Consultivos locais, os tribunais comunitários, as consultas comunitárias, líderes comunitários mas elas não geram debates sobre a Representação. Porque os/as representantes nestes espaços são identificados também através de outras formas de poder pré existentes como os chefes de quarteirão, secretário de bairro que estão directamente associadas simultaneamente ao poder formal e

¹ EYES, Tinie Van. Solidariedade ou comércio: As ONGS não governamentais em Moçambique. Maputo, Pág.151, 2002. Disponível em: www.sigila.msh-paris.fr acesso a 09 de Outubro de 2018.

informal. Porquê informal, porque muitas vezes o/a chefe de quarteirão é um indivíduo que pode ser desempregado, e faz uso do seu poder em benefício individual, ele é mediador de conflitos conjugais ou de outra natureza em proveito próprio. O Fórum Mulher tem recebido testemunhos de mulheres em alguns distritos que relatam a cumplicidade dos líderes comunitários no tratamento dos casos de denúncia de violência doméstica.

3.3 Quais os mecanismos de diálogo e de construção da sua agenda entre as organizações de mulheres e os grupos que representam?

Nesta secção identificamos e analisamos alguns dos mecanismos de diálogo e de construção de agenda entre as organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres e os grupos que estas representam. Tomamos como ponto de partida os discursos das co-pesquisadoras e conversas com outras mulheres participantes na pesquisa, sobre como elas consultam e representam as suas constituências, especificamente, como asseguram que as suas vozes sejam ouvidas. Apesar de considerarmos o diálogo entre redes de OSCs com os seus membros um elemento importante deste debate, aspecto já analisado por alguns actores sobretudo no âmbito de avaliações e mapeamentos programáticos, nesta pesquisa procuramos ir para além disso e investigar as percepções dos próprios indivíduos sobre as interacções entre organizações individuais, seus membros e não-membros (cidadãos e cidadãs individuais).

a. Mecanismos de diálogo e construção de agenda centrados em organizações e em seminários

Uma das principais constatações desta pesquisa é que se por um lado algumas organizações compreendem a necessidade de maior articulação com outras mulheres, por outro lado faltam mecanismos formais de diálogo e construção de agenda, para além dos vários seminários sobre diversos temas, que ocupam grande parte do seu tempo. Como uma entrevistada dizia “as pessoas andam de seminário em seminário”, ressaltando que os seminários não são propriamente espaços de construção colectiva de agenda, quer pela sua natureza exclusiva quer porque geralmente constituem situações isoladas, com pouca ou nenhuma articulação com outros espaços anteriores e/ou similares.

Por isso, apesar de discursivamente as participantes da pesquisa considerarem importante melhorar as suas conexões com as demais mulheres e raparigas e de entenderem que tal constitui um pré-requisito para a promoção de acção colectiva e construção de movimentos, na prática, o desenho das agendas levadas para os espaços de participação é pouco inclusivo, no sentido que não deriva de processos de discussão colectiva com as mulheres no geral e muitas, nem com as suas pares da mesma organização. Desta forma, o acto de representação, através da participação em espaços convidados e seminários, torna-se individualizado e rotineiro. Se por um lado as participantes identificaram barreiras individuais, institucionais e estruturais para fazê-lo e por outro também defender a impossibilidade de escutar e forjar alianças com todas as mulheres.

A falta de mecanismos de diálogo é entendida como uma fragilidade pois esta é frequentemente utilizada como um argumento para questionar a sua legitimidade e desta forma desqualificar as suas propostas, conforme ilustra a fala abaixo de uma mulher sindicalista,

“Então o mecanismo de diálogo é importante porque nós podemos ser usadas e divididas, eu sinto isso. Por exemplo, os governos aproveitam os sindicatos quando não estão unidos e depois dizem vão lá se organizar, vocês estão a falar coisas diferentes. Exactamente porque primeiro o diálogo não está a construir uma voz única e segundo [por causa dos seus] interesses. Então quando nós não temos um mecanismo de diálogo ficamos cada vez mais vulneráveis.”

Contudo, ainda aqui o foco é no diálogo entre sindicatos/organizações e não entre estes e os grupos que representam. As interacções com as mulheres e raparigas do público em geral tendem a limitar-se a comunicação unidirecional centrada na “educação” e/ou “sensibilização” assim como na provisão de serviços e/ou facilitação do acesso aos mesmos. As mulheres e raparigas convertem-se em beneficiárias e grupos-alvos ao invés de sujeitos políticos com quem se constroem agendas e iniciativas para a

mudança social. Esta percepção das mulheres e raparigas como beneficiárias e grupos não permite as organizações identificar formas espontâneas de acção social e política para as quais poderiam contribuir.

b. Interações com mulheres e raparigas centradas na “educação/sensibilização”, provisão de serviços e busca de aliadas para agendas

Neste sentido, algumas organizações correm o risco de ao contrário de identificar as agendas das mulheres e raparigas para amplificar as suas vozes, concentrarem-se na busca de aliadas para agendas desenhadas em gabinetes, algumas das quais, mas nem todas, impostas pelos doadores ou pelas agências das Nações Unidas. Esta tendência é captada nas falas abaixo das participantes na pesquisa:

“Os doadores dão projectos de paraquedas, dançámos a música deles, não há auscultação. Um projecto de HIV onde o grupo de beneficiários são [crianças] órfãos e vulneráveis, só tem foto mas o próprio grupo não existe.”

“Por parte dos doadores, as vezes há uma agenda que é entregue às organizações e nem sempre deixam que as organizações desenhem à vontade aquilo que realmente querem implementar, da forma que querem implementar. E isso faz com que algumas organizações, não porque não tem legitimidade, mas porque estão a cumprir o programa daqueles que deram o dinheiro, acabam saindo daquilo que que é a necessidade das pessoas que são representadas.”

“É importante que a gente tenha muita clareza sobre a nossa agenda, de facto, como organização, para evitarmos distrairmo-nos com outras agendas que até podem contribuir ou concorrer [para os objectivos] mas que as vezes nos fazem diluir a causa.”

“Um grupo se junta e leva uma agenda e trabalha com seu representado para fazê-lo perceber a importância, a necessidade [daquela agenda] e ele passa a assumir aquela agenda”.

É importante referir que ao longo da pesquisa foram feitas várias críticas aos doadores, como ilustram as falas acima. Contudo, algumas participantes na pesquisa destacaram também a responsabilidade individual e colectiva de definir agendas próprias e resistir a pressão imposta pela orientação neoliberal dos projectos de desenvolvimento. A fala abaixo capta parte desta discussão, sobretudo o elemento da responsabilidade das próprias organizações.

“Aqui também não vamos ser vítimas, vamos nos recordar que já há muitos anos as organizações internacionais trabalham connosco e investiram, tem investido em capacitação institucional, no entanto nós também não fizemos bem o nosso TPC². Aqui temos que começar a fazer bem o nosso TPC, perceber como é que as instituições efectivamente funcionam.”

Para além de as agendas serem impostas pelos doadores há também uma certa presunção das organizações que assumem que conhecem a realidade local e as necessidades das mulheres.

“Em termos de legitimidade essas actividades estão a colocar-me a reflectir, eu estou a pensar e a questionar muito sobre a minha legitimidade para representar as outras mulheres. Porque eu pego a minha experiência para desenhar planos, para implementar actividades e eu acredito que é algo que elas vão se identificar e na primeira actividade eu percebi que, há uma grande diferença entre quem está lá na Lambda e quem nunca fez parte da Lambda, porque eu acho que isso também contribui muito para que as pessoas pensem no sentido de que é a Lambda tem que fazer essas coisas, e quem está lá dentro acha que é responsabilidade da Lambda de prover tudo que precisa,

² TPC é a abreviatura de Trabalho Para Casa, que refere-se ao trabalho que os professores dão para os alunos fazerem em casa.



mas quem está fora já pensa de forma diferente.” (Aldovanda Djive, Lambda, Reflexão sobre a 1ª microacção da Lambda no Choupal, 11 de Maio de 2018).

c. Ênfase no levar informação para as mulheres representadas do que destas para os espaços de participação.

Apesar de algumas terem dado exemplos de instâncias em que as organizações reivindicaram a sua autonomia, estes não foram sobre a relação entre representantes e representadas. A falta de espaços de tomada de posicionamento e de construção de agenda fica também evidenciada abaixo, nas falas de algumas participantes/representantes de organizações de mulheres sobre a sua relação as mulheres que representam, em que há uma ênfase na partilha da informação e conhecimento adquirido através da sua participação em certos espaços.

“Porque foram elas que me deram poder, se eu for ao essencial dessa representação, porque me elegeram para eu lhes representar, então tenho que acatar e devolver a informação daquilo que elas me escolheram para fazer.”

“Tudo que aprendo nas conferências e nos encontros eu vou a associação sento com as mamas e volto a lhes informar as políticas todas faladas, eu volto vou formar as mães e vou-lhes informar; aquilo lhes ajuda muito a terem esperança de vida e acreditar mais em si mesmas.”

As falas acima destacam o acto de trazer informações aos grupos que representam, um elemento importante da nossa definição de representação como um processo que envolve levar e trazer mensagens, mas menos sobre o levar mensagens dos grupos que representam para os espaços de participação ou sobre como estas mensagens são construídas. A mesma ênfase no “trazer informações” foi posta pelos grupos que as mulheres representam, conforme indicam as falas de um grupo de mulheres rurais com quem trabalhamos.

“Fico muito feliz porque quando a mamã Rebeca sai, sabemos que ela vai falar por nós, aquilo que ela vai falar lá é mesma coisa que ela traz para aqui.”

“Ela tem que ir avante para conseguir trazer informação para nós e levar informação daqui para lá onde mamã Rebeca tem ido visitar e aprender.”

“Ela [mamã Rebeca] é que anda por aí a bater a porta, atrás de ajuda. Ela é que vai ouvir as coisas para as mulheres rurais”

“Ela anda pelo mundo, traz informação, ensina a cultivar, porque tem tempo que quando cultivamos não dá frutos. É mais-valia porque ela traz boa coisa e entendemos melhor, porque é uma informação que ajuda. Muito obrigada a mamã Rebeca por andar, a explicar que existem as mulheres rurais que estão a levar avante o trabalho delas. A mamã Rebeca está por aí zelando por nós.”

Apenas duas das falas acima mencionam “levar informação daqui para lá” e de “explicar que existem mulheres rurais que estão a levar avante o trabalho delas”. Exploramos esta questão com as participantes da pesquisa perguntando se antes de participar nesses espaços as representantes informavam e consultavam os seus membros e grupos com os quais trabalham.

O papel principal que deve ser desenvolvido pelas organizações que actuam em prol dos direitos das mulheres e raparigas é ampliar a participação das mulheres e raparigas através dos diferentes grupos e



colectivos existentes e viabilizar a expansão de novas demandas tomando em conta a diversidade de mulheres.

3.4 Que desafios de legitimidade organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres enfrentam e como lidam com eles?

a. Problematizando - legitimidade como uma faca de dois gumes

A Legitimidade da mediação das organizações de mulheres é vista de formas de diferentes. É enaltecida, quando há um interesse explícito de demonstrar o cumprimento dos compromissos globais por parte do Estado junto de outros Estados, e de organismos internacionais como as Nações Unidas. É questionada quando as organizações colocam em causa, os privilégios dos governantes. Nesta situação, elas se transformam em instrumentos ao serviço de interesses externos, que querem desestabilizar o País. É igualmente questionada, por outros segmentos de mulheres que não se sentem representadas, quer por motivos de identidade em relação a causa que perseguem, quer por razões associadas as prioridades da agenda. Alguns homens também questionam esta legitimidade de mediação das organizações, acusam-nas de interferirem negativamente nas relações conjugais, pelo facto de gerar mais autonomia entre as mulheres.

b. Organizações feministas versus organizações de mulheres

É crucial que haja maior coerência entre os valores feministas que algumas organizações de mulheres defendem e práticas quotidianas nas organização assim como nas famílias. Nem todas as organizações de mulheres são feministas, porque não enfrentam o patriarcado publicamente. E são selectivas nas pautas que querem debater, na forma como afectará os privilégios dos homens. Falar do aborto “O debate sempre recorrente no movimento é a relação entre o feminismo e o movimento de mulheres, para alguns pessoas, este dois espaços são distintos, frente aos quais devemos nos posicionar e decidir participar de um ou de outro. Para outros entre os quais nos incluímos, o feminismo é um movimento criado e sustentado por mulheres, é um movimento de mulheres e parte do movimento de mulheres em geral. Assim, o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele, um alimenta o outro”³.

“Essas organizações devem viver de acordo com aquilo que são os valores dessas organizações, deve viver com aquilo que de acordo com aquilo que diz defender tipo eu conheço a Aldovanda quando ela me chama para uma coisa eu sei que é uma coisa seria mesmo com Bina também (risos, embora que ela não seja séria) eu sei é uma coisa seria porque eu vejo o que elas fazem quando estão fora do ambiente de trabalho eu, e por exemplo por mais que Aldovanda não trabalhasse na Lambda por exemplo eu sei que ela é activista e Bina é activista, e para ser activista não precisaria necessariamente trabalhar com essas organizações eu também me considero activistas não trabalho na Lambda. Então eu acho que o que as pessoas deviam fazer deviam procurar representar realmente as organizações para as quais trabalham porque uma coisa que eu noto muito também em certas organizações é que vamos ver pessoas que dizem que trabalham por exemplo em prol dos direitos das mulheres e são as mesmas pessoas que depois tem discursos machistas por exemplo (him), são, eu conheço muitas pessoas que fazem parte do movimento feminista que, que se dizem feminista não sei o que, que defendem não sei o que

³ SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e Movimento de Mulheres. Recife: SOSCorpo-Instituto Feminista para Democracia, 2013.63p



e que no final do dia quando vamos ver como essa pessoa se comporta, o que essa pessoa faz são coisas completamente diferentes o mesmo tem a ver com outras organizações são pessoas que dizem que trabalham em prol dos direitos das crianças mas o que fazem realmente não tem nada ver com aquilo.”

A confiança deriva também da crença que as funcionárias das organizações estariam a defender as causas que devem mesmo que tal não fosse parte do seu trabalho.

“Então no final do dia se calhar seria tentar realmente representar as organizações para as quais trabalham porque não sei Lambda é uma organização que tá na luta pelos direitos humanos né, igualdade de direitos para as minorias etc, etc e a maioria das pessoas que trabalham lá que eu conheço sei que realmente defendem isso, então mesmo se não trabalhassem lá estariam a fazer esse tipo de coisa. Então se calhar deveria se procurar viver de acordo com aquilo que a pessoa quer representar e no caso seria sei lá reduzir corrupção não sei o que, porque muitas das vezes também eu acho que o que tira credibilidade de certas organizações é que podem existir eventos que se calhar que eles só estão ali mais pelo dinheiro por exemplo, estão mais a fazer publicidade desse tais evento talvez mais pelo dinheiro se não fosse uma coisa com a qual a pessoa trabalha não estaria nem um pouco interessada então se calha tentar realmente pautar mais pelo activismo do que pelo trabalho em si eu acho.”

A construção de agendas colectivas é também afectada por questões ligadas ao compromisso que as pessoas tem em relação as causas que defendem assim como a dificuldades em assumi-las publicamente.

Será que sou a única problemática, a única pessoa que existe na terra que está sempre com os mesmos problemas? Não! [Mas] onde é que estão as mulheres? Estão em casa a cortar couve, a fazer não sei o que, a jogar futebol, sei lá o quê. E porque nós é que temos que dar a cara?

c. Profissionalização das ONGs, dinheiro, credibilidade e desigualdades sociais

As vezes fico com impressão que pela forma como certos direitos foram sendo reivindicados a partir do grupo de pessoas e instituições parece me as vezes que o revindicar direitos tornou-se algo muito profissionalizado não é? Eu queria saber se vocês sentem que quem trabalha numa organização cuja missão é reivindicar determinados direitos seja de lésbicas, seja de gay, seja de trabalhadoras de sexo, há do lado de quem não trabalha a ideia de que elas ou eles reivindicam porque eles recebem um salário? Eles/elas tem um incentivo para além de partilharem a identidade, partilharem uma experiência de sofrimentos, discriminação e marginalização, tem um incentivo maior para sair a rua para posicionarem-se, para darem a cara, e quem não trabalha não tem? Eu queria ouvir a opinião de quem trabalha em organizações e que o seu trabalho é promover, é defender direitos, o acesso ao exercício desses direitos, e quem não trabalha para organizações e olha diz ok somos companheiras, somos lésbicas mas há uma diferença entre nós que não trabalhamos e as que trabalham para uma organização efectivamente, porque acho que é algo que não tem só a ver com uma organização como a Lambda, acho que é algo tem a ver com outras organizações. Eu queria ouvir de todas na verdade, a Júlia já falou um pouquinho também mas também da própria Elina se sente que há essa diferença, se sente que por ela trabalhar por ela ser colaboradora da Abevamo e por via de algum projecto ter um salário se as outras trabalhadoras de sexo sente que esses assuntos ela que fale porque de qualquer forma ela é que recebi um salário não é, e eu não recebo um salário e claro o meu tempo, como bem dízias o meu tempo se uma trabalhadora tem 8 horas por dia pagas para fazer aquela tarefa eu não tenho, porque eu tenho que ir buscar, se eu for fazer essa tarefa vai ser tempo que eu estaria a retirar do meu trabalho oficial ou formal se eu tiver trabalho ou se não tiver trabalho tempo que eu dedicaria a procurar trabalho.

“Há resistência sim das meninas [trabalhadoras de sexo]. Eu posso ter um convite para umas duas ou três mulheres para um debate. E eu ligo, quando eu ligo até ela pode dizer: está bem Elina estarei contigo amanhã. Quando chega aquela hora eu depois ligar para ela a dizer está na hora

vamos, a primeira coisa que me pergunta você já recebeu na Abevamo? Eu digo que ainda [não recebeu]. Ela diz: eu tenho que ir trabalhar, mas você vai receber. Percebe? São pessoas que sabem que sou de uma associação e estou a beneficiar. Ainda há resistência, [mas] tem quem aceita porque já entende porque vai para lá, porque tem que me ouvir porque tem que me acompanhar, porque sabe quais são os benefícios, os benefícios não é apenas o valor [monetário], tem muita coisa.”

Ok, ok, eu diria que o problema que (Elina. Elina) a Elina passa eu acho que é o mesmo que eu passo a Vanda também passa. Todos nós na Lambda não é que vamos lá sim porque queremos trabalhar, é salário, o que é emprego não, não não até costumamos quando estamos ali na sala o nosso sonho é continuar dar gaz trabalhar para uma outra empresa mas sem deixar de sermos aquilo que somos de sermos o que activistas, quando eu digo eu sou paga porque eu tenho o meu negocio fora eu faço negocio fora ok eu vendo as minhas cervejas fora tiro minha banca ou o que eu vou fazer o meu trabalho de sexo ai sim vou dizer esse é meu dinheiro mas quando já se trata de uma actividade de um trabalha que não vai só beneficiar somente a Bina mas sim a todos nós ou a comunidade ou a sociedade em geral nós não podemos pensar primeiro a questão de valor, não vamos pensar nos valores porque a sociedade a maioria das pessoas pensam primeiro no dinheiro aham não porque é final de mês aquelas estão cheias, tem dinheiro nós nunca onde nós estamos estamos a matar cachoros aos gritos (him) ao gritos que chega uma fase que nem dinheiro de transporte não temos para o almoço não temos, temos que desarascar mas estamos ai todos os dias e nós não somos pagas por exemplo essa hora saímos 17 horas até nós dizem já esta claro que depois das 17 epa fica a saber que essa brincadeira de horas extras aqui não exsiste era antes, era antes (risos) não existe nós não somos pagas e há dias Kátia que eu digo saímos do escritório ou de uma conferência 23 horas chegamos em casa de madrugada ok mas estamos ali porque quer nós não vamos querer comparar usar, buscar os termos de salario para definirmos ou para defendermos uma causa e essa causa não é só minha mas sim é de todos nós, é de todos nós, porque se eu digo tenho meu dinheiro é obvio.

“Se eu digo tenho meu dinheiro, é dinheiro feito do meu próprio suor do meu próprio esforço, que é aquele trabalho que eu faço quando estou na minha casa, mas quando estou na Lambda é aquela coisa temos que lutar temos que fazer [as pessoas] querendo como não. É que nós temos uma missão, cada um tem uma missão aqui na terra. E qual é a nossa? É exactamente essa de trazer esses valores, de defender a causa; essa causa não vai beneficiar a minha mãe, mas a todos nós”.

“Mas o que tem acontecido hoje aquelas organizações da sociedade civil que eu cresci que eu conheci já não são as mesmas mudaram, mudaram, hoje em dia o que conta é dinheiro ok eu vou concorrer quero trabalhar na Fórum Mulher tem quanto para me dar aqueles, tem dinheiros aqueles para me dar não tem deixe me ir para Abevemas epa aqueles também não tem deixa me ir para Tyiane, para Muleide aham Muleide vão fazer uma oferta eu vou ganhar tanto é la onde eu vou esquecemos a causa ok?”

“Lambda não vai conseguir dar emprego a toda comunidade LGBT - missão impossível [como o] título daquele filme missão impossível, isso não vai acontecer”

“Até parece mandei mensagem agora, ok Bina tu tens que entender uma coisa nós estamos aqui a falar uma coisa que eu acho que no futuro vai envolver mais de 1000 pessoas (ihim) e o assunto quando é assim envolve um pouco mais a psicologia (correcto) não é fácil convencer um Moçambicano (não é isso) para começar não é fácil então estamos aqui a falar muita coisa estamos a esquecer que conforme ela disse primeiro tem há certas coisas que brada vamos sair dar uma volta a primeira coisa que vai dizer aham se você está bonita eu não estou nem sabe o que vamos fazer naquela volta primeira olha para o meu dress esta bem vestida esta a me levar para Lambda as tantas chego la encontro amigas delas que também estão bem vestidas é a primeira coisa, segunda questão de salário isso acontece mesmo no coiso jogo, futebol feminino está desenvolver aos pouco estas a perceber no club não são todas que recebem (him) e no futebol nós usamos uma expressão masa, recebem as masas aqueles com um toque

yai, que tem uma guitarras nos pés então há aquele momento que, momento já de barulho precisamos da união da equipe há quem diz eu não vou não recebo nada vou lá fazer o quê, vai você vamos lá ver ali somos quantas 5 digas é um exemplo somos 5 e nas 5 ok naquelas que já recebem 3 sabem falar, sabem estar para poderem enfrentar o boss e naquelas que não recebem outra não tem toque mas sabe falar precisamos dela ali está aonde no seu canto porque você ganha com isso e eu não ganho.”

A fala de uma mulher lésbica que não trabalha para nenhuma associação, mas participa em várias acções organizadas pela Lambda, elucida a importância de compreender o propósito das actividades e como o nível da consciência política influencia decisão de participar ou não.

“Eu não trabalho com nenhuma associação mas por exemplo eu tenho critérios, quando me chamam para participar de alguma coisa por exemplo se, Aldovanda me chama para uma roda de conversa vai-se debater questões direccionadas a mulheres lésbicas ou bissexuais ou trans ‘wareva’⁴, qualquer coisa que seja ligada a comunidade LGBT por exemplo eu sei que faço parte da comunidade LGBT eu sei que qualquer coisa que seja falada aqui me interessa então nesse sentido na minha cabeça quando eu digo sim que eu quero participar eu estou a dar o meu contributo sei lá a comunidade e também porque no final do dia é isso, a Aldovanda por exemplo se ela me chama para isso para uma roda de conversa por mais que por exemplo seja sei lá talvez uma coisa que tenha ver com o trabalho que ela faz na Lambda no final do dia os resultados da roda de conversa vão ser vão ser coisas que vão beneficiar risos, vão beneficiar quem vai participar então nesse requisito para mim é como eu vejo é como uma coisa que vai eu estou a contribuir para uma causa maior. É diferente de, por exemplo, de alguém que, que por exemplo me convide para alguma coisa e que seja algo que vá sei lá de uma forma beneficiar directamente a pessoa que estou a procura de algum exemplo concreto aqui na minha cabeça por que existem muitas associações, existem várias organizações que fazem o serviço comunitário fazem, tratam por questões de sociedade civil questões cívicas etc, vários protestos, várias manifestações, várias causas aham porque são pessoas com deficiência, porque são questões de feminismos, de violência sexuais, etc, são várias organizações. Mas digamos que seja uma actividade que por exemplo que alguém esteja a lucrar com isso por exemplo, estamos a falar, não estou a encontrar aqui um exemplo concreto do momento mas sei lá por exemplo se eu sei que de alguma forma a pessoa vai ganhar dinheiro com isso, e nós vamos fazer o mesmo trabalho e eu posso, posso ficar naquela tipo ok como é que, se eu estiver por exemplo de alguma forma a vender alguma capacidade minha ou a oferecer por exemplo e no final do dia alguém específico ganhe com isso que não seja eu nem as pessoas que estou a tentar abrangir aí talvez posso ficar com perna atrás, posso ficar tipo não, porque uma coisa que eu sinto é que muitas organizações nossas por exemplo mesmo organizações não-governamentais assim por exemplo aquelas que vão para os distritos sei lá tem por exemplo digamos o que, material que deviam estar a dar as pessoas mas que por exemplo levam para si existe muita desconfiança em torno de organizações não-governamentais em si mas por causa da credibilidade do trabalho que essas pessoas fazem e é porque você está a fazer isso porque tu queres trabalhar com Save Child não exactamente para ajudar as crianças mas porque pagam bem por exemplo e depois alguém está numa actividade Save de Child mas vai te chamar ah ave lá peça para fazer isso, isso, isso, isso e não vais receber nenhum retorno mas tu não estás a ir trabalhar exactamente por exemplo para crianças tu estás a ajudar essa pessoa a fazer o trabalho dela, então aí se calhar eu posso ficar com um pé atrás mas quando é uma coisa que eu sei que quem vai se beneficiar por exemplo é um público maior quando estamos a trabalhar em prol de uma causa maior não existe porque não contribuir mas é muito fácil essa ” vai assim – não se percebe bem” que estamos a trabalhar por uma causa e aí as pessoas acabam se aproveitando daquilo que tu sabes fazer, ou do que és capaz de fazer. Então é uma linha muito ténue entre contribuição/activismo e exploração. Então não sei exactamente quando se deve definir isso, mas no final do dia eu acredito que a maioria das pessoas também que não se aliam a essas causas, a essas questões por causa disso: foste paga e eu não serei.”

Participação em iniciativas promovidas por ONGs expectativa de emprego ou subsídio.

⁴ Palavra Inglesa *whatever* que em Português significa tanto faz.

“Sem esquecer que nós Moçambicanos somos pobres a quem diz ela já matabichou quer me levar para la fazer o que se eu nem matabichei esta ta dar problemas de casa, mas pra um passeio que quem sabe o futuro pode vir a dar um aquele salario que diz ok eu vou ganhar e pode vir a ganhar em dobro mas não vai saber me agradecer.”

3.5 Reafirmando o seu compromisso como rebatamento de críticas

Às vezes, o compromisso com a causa e o activismo da funcionária é medido número de horas que fica no escritório. Nas falas abaixo temos dois exemplos: um de “falta de compromisso” e outro que mostra uma mudança “ficar no para além do horário de trabalho estabelecido” como indicador de activismo”.

“Estamos a enfrentar não é só fora mesmo dentro do escritório mesmo dentro do escritório é só ok eu sou funcionário não sei o que ok prontos chegou 17 horas eu vou para minha casa acabou terminou ai, cada um por si Deus por todos”

“Ouvi também na fala da Aldovanda ontem não é que também ela ia para o escritório trabalhava depois chega a sua hora ia embora mas do tipo acabou mudando também a partir do momento em que ela se assumir e que sentiu que podia fazer algo mais não é tanto por ela mas também pelas demais, demais pessoas”

Na fala abaixo, a ideia de dar “activismo a organização” aparece de maneira mais explícita.

“Mas também acho que é um exercício de cada uma não é, que é um exercício que até mesmo para nós, nós nos questionamos será que nós somos trabalhadoras do Fórum ou somos activistas porque também tem esta questão, tem a questão de eu ir trabalhar para receber um salário mas também a questão do meu activismo o que eu dou a organização? Dou a organização não, até não nem é dar a organização, dar a organização eu dou meu trabalho, vendo o meu trabalho e tenho um salario, mas eu como mulher, como Júlia por exemplo o que eu faço para mudar as demais mulheres que estão que por exemplo estão numa situação de submissão, que sofrem violência e tudo mais.”

A conceitualização do termo “activistas profissionais” surge como desafio para expressar os limites do activismo no campo de uma sociedade civil bastante competitiva no acesso aos recursos. E por outro lado, demonstra um espaço onde existe um crescimento técnico muito grande e que gera oportunidades para o desenvolvimento de novos saberes. Entre os limites das expectativas e o que efectivamente as associações podem oferecer, confunde-se “activista” e “profissional”. Dentro das organizações as pessoas são contratadas para exercerem funções técnicas, e por sua vez em contacto com o projecto político institucional elas se tornam activistas. Elas não recebem pelo facto de serem activistas, mas pela função que desempenham. É muito comum nas várias associações o uso generalizado do termo activista: activista de cuidados domiciliários, activista de prevenção, activista de busca activa, activista contra a violência, fazendo equipar a carreira profissional o que aumenta a confusão da palavra activista. *Para a pesquisa, entendemos activistas profissionais, para os casos em que as pessoas trabalham na associação e fazem do projecto político institucional o seu projecto de vida. Activista, em si não é nenhuma profissão, qualquer pessoa pode ser activista na área que melhor se identifica.*

Algumas activistas profissionais⁵ entendem que o acto de desenhar um projecto é também uma expressão do seu activismo, pois assumem que outras mulheres também se beneficiarão dele.

⁵ *Para a pesquisa, entendemos activistas profissionais, para os casos em que as pessoas trabalham na associação e fazem do projecto político institucional o seu projecto de vida. Activista, em si não é nenhuma profissão, qualquer pessoa pode ser activista na área que melhor se identifica.*

“Quando alguém diz antes de ser diretor executivo eu sou activista, o ser activista não significa ser activista que está escrita na camisete, mas é uma roupa extremamente transparente que eu visto, eu carrego uma bagagem que eu não consigo tirar das minhas costas. É exactamente isso que nós somos! Quando saio da minha casa no Sábado cansada, cansada mesmo, ou mesmo Domingo, eu tenho que ir para o escritório porque eu tenho trabalho para fazer, eu tenho que fazer isso porque eu sei o que eu pretendo. Se eu vou-me encontrar com um grupo de mulheres eu sei o que eu quero. Não é que eu só quero aproveitar a elas naquele exacto momento, prontos, depois vocês vão para as vossas casas. Não, não é isso! Se nós continuamos a lutar, a conversar, a tentar buscar é mais que haja mais projectos que venham mais doadores para tratar assuntos das mulheres lésbicas não vai um ganho só para A, para B, não sei para C [funcionárias da Lambda] vai ser para todas nós. Quem vai sair a ganhar? Saímos todos nós, os vencedores somos nós aqui [funcionárias e não-funcionárias da Lambda].”

Como as mulheres e raparigas estão a ser não incorporadas nos projectos de desenvolvimento que as organizações implementam? Que tipo de relações estão a ser forjadas entre as organizações e as mulheres e raparigas através dessas iniciativas e suas dinâmicas de poder? Quais são os seus efeitos no tipo de movimentos sociais que se pretendem criar? Estas questões são importantes porque forçam-nos a ser auto-reflexivos sobre a forma, estratégias e impactos do tipo de movimentos sociais que se procura criar e/ou os tipos de ação colectiva que se procura mobilizar.

a. Elevada mobilidade/transitabilidade das pessoas (sociedade civil, Estado, doadores)

O último desafio de legitimidade é a transitabilidade de uma organização para outra, movida por questões financeiras, privilégios e outros factores. As pessoas que assumem o papel de representação em determinados espaços, tem múltiplos papéis, podendo ocupar vários espaços de representação em simultâneo, ou em função das oportunidades transitar de uma organização para outra. Durante a pesquisa deparamo-nos com este desafio de legitimidade, no caso do Fommur/Amudeia, em que as participantes para além de representarem a Amudeia representam a OMM como secretárias, mas também casos em que os projectos e as oportunidades foram ditando a quem a pessoa representa.

*Aí fui puxada até entrar na ABEVAMO em 2011, então entrei no ABEVAMO, trabalhamos juntas durante aquele tempo por quatro anos, separamos, então houve outra oportunidade e entrei em outra associação, **uphunana**. Não, era uma associação que trabalhava com as trabalhadoras de sexo. Eu entrei lá e começava a sensibilizar, dizer as colegas para usar o preservativo. E aquilo acabou. A ABEVAMO ganhou mais espaço, aí voltei para aqui, e agora sou assistente administrativa (sem identificação, Abevamo, 2ª microacção, 17/05/18).*

*Eu primeiro trabalhei com **AModefa**, como educadora de pares, e quando terminou o projecto **linkage** viemos para ABEVAMO. Depois do projecto **linkage** nasceu o projecto **passos** depois vim trabalhar aqui na ABEVAMO, onde vim nomeada como navegadora de pares do centro de saúde primeiro de Maio. Tenho 33 anos, sou mãe de 2 filhos, tenho 2 anos a trabalhar como trabalhadora de sexo (sem identificação, Abevamo pg. 4)*

A mobilidade pode ser vista, no contexto dos privilégios junto do Estado ou doadores, faz com que algumas pessoas das organizações da sociedade civil ocupem cargos públicos em simultâneo com posições-chaves na sociedade civil. Temos vários casos destes nas associações, lideranças que usam a sociedade civil como trampolim para ascender ao poder, e muitas vezes colocam em causa o projecto político das organizações, porque não podem dar a cara e ficam no silêncio inviabilizando as reivindicações das mulheres.

b. Limitada articulação entre a sociedade civil formal (legalizada, institucionalizada) e a informal

Para tal é necessário conectar com esses grupos, para além das ONG e redes de ONGs, algo que tem sido difícil, conforme indicam as falas abaixo:



“Será que temos a legitimidade para representar essas mulheres todas e como estamos a fazer? A representação tem que ser feita partindo do diálogo. Talvez a gente precise de mudar alguma coisa...as vezes nós esperamos que criem uma associação e se filiem, não olhamos para ela sem associação.”

“Não é preciso uma mulher estar numa associação/organização para se afirmar com cidadã. A associação não é o único caminho para o reconhecimento dos direitos.”

“Como podemos fazer para ter outras vozes de pessoas que não estão dentro dos fóruns e redes? Como comunicamos com e ouvimos melhor deles?”

“Temos que começar a chamar pessoas que não estão necessariamente dentro de uma organização.”

Este enfoque em mulheres em associações é um efeito de uma tendência que reduz a acção colectiva ao trabalho das ONGs e suas redes. Transformar esta tendência exigirá que as organizações revejam os seus projectos políticos e práticas, introduzindo maneiras de trabalhar que fomentem a comunicação com e aprendizagem de outras formas de acção social e política das mulheres livres de arramas e restrições organizacionais. Nesse sentido, algumas participantes na pesquisa referiram iniciativas desenvolvidas no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres pois encorajaram-nas a “*vasculhar em todos os sítios para poder trabalhar com as mulheres*”.

Devem ser potencializadas todas as formas de cidadania, porque elas ajudam a fortalecer a democratização do Estado e da sociedade civil. As associações precisam gerar dinâmicas que lhes permita captar os sinais emitidos por outros grupos, e cidadãs/os para retroalimentar o seu projecto político.

c. Distanciamento em relação aos cidadãos e cidadãs

A ligação entre as associações ou rede de associações aos cidadãs e cidadãos, é largamente afectada pela longa cadeia de intermediação que existe na relação entre as redes e as associações que são seus membros directos, e estes por sua vez com os seus constituintes. Que se estende as organizações internacionais que fazem papel de intermediários junto as agências de cooperação. Neste processo todo, perde-se muito tempo em processo burocráticos que distraem as associações de focalizarem no contacto cidadãs/os. Conforme indicam as falas abaixo:

“Será que temos a legitimidade para representar essas mulheres todas e como estamos a fazer? A representação tem que ser feita partindo do diálogo. Talvez a gente precise de mudar alguma coisa...as vezes nós esperamos que criem uma associação e se filiem, não olhamos para ela sem associação.”

“Não é preciso uma mulher estar numa associação/organização para se afirmar como cidadã. A associação não é o único caminho para o reconhecimento dos direitos.”

“Como podemos fazer para ter outras vozes de pessoas que não estão dentro dos fóruns e redes? Como comunicamos com e ouvimos melhor deles?”

“Temos que começar a chamar pessoas que não estão necessariamente dentro de uma organização.”

Este enfoque em mulheres em associações é um efeito de uma tendência que reduz a acção colectiva ao trabalho das ONGs e suas redes. Transformar esta tendência exigirá que as organizações revejam os seus projectos políticos e práticas, introduzindo maneiras de trabalhar que fomentem a comunicação com e aprendizagem de outras formas de acção social e política das mulheres livres de arramas e restrições organizacionais. Nesse sentido, algumas participantes na pesquisa referiram iniciativas



desenvolvidas no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres pois encorajaram-nas a “*vasculhar em todos os sítios para poder trabalhar com as mulheres*”.

As reflexões das participantes na pesquisa apontam ainda para a necessidade de as mulheres activistas despirem-se dos seus próprios preconceitos e estereótipos em relação as mulheres, como um ponto de partida importante para poderem chegar a elas. É imperativo desconstruir o maternalismo que informa muitas das suas intervenções em que as outras mulheres são percebidas como objecto de suas intervenções ao invés de sujeitos políticos; esta percepção fica evidente em falas que defendem que é preciso fazer com que as mulheres saibam que há pessoas que as representam e de fazer com que elas “se sintam representadas”.

3.6 Hierarquia, autoridade, burocracia, relações desiguais de poder nas organizações

As relações de poder nas organizações da sociedade civil não são debatidas, elas são silenciadas criando uma cultura de medo. Aumentado as fragilidades das mesmas, porque o nível de participação na tomada de decisão é limitado pelas relações de dependência que existe entre os membros, que são muito vulneráveis devido a sua condição financeira. As associações que não tem sede própria, não tem órgãos sociais funcionais, não pagam quotas são mais tímidas na colocação dos seus posicionamentos, e sentem que pelo facto de não cumprirem com as normas de legitimidade formal não tem direito a palavra. Existem relações de poder para manter-se no poder, arranjos feitos, lideranças que migram de uma organização para outra. Permanecem cinco anos como director/a numa associação e presidente numa outra, e vão fazendo de forma intercalada nas diferentes organizações.

a. Tensão entre falar pelas mulheres e criar condições para as mulheres falarem em primeira pessoa

O slogan “nada para nós sem nós” é usado por vários grupos como uma exigência do seu direito de participar activamente em processos que afectam as suas vidas. Nada para nós expressa a recusa em aceitar que iniciativas e agendas, supostamente em seu nome, sejam desenhadas, aprovadas e defendidas sem o seu envolvimento, como ilustra a fala de Esperança, Directora Executiva da Abevamo, “o nosso slogan na nossa organização é nada para nós sem nós; ninguém pode decidir para nós sobre o que nós queremos.” Esta exigência vai para além da participação meramente decorativa ou da simples partilha de informação e demanda a partilha do poder de tomada de decisão. Este clamor não é só dirigido aos representantes do Estado mas também aos representantes da sociedade civil.

Enquanto a maioria das presentes defendia que os homens não tem legitimidade para representá-las, por vezes com recurso a argumentos essencialistas, outras questionavam a ideia que ser mulher lhes garantia automaticamente um conhecimento sobre experiências e necessidades de todas as mulheres. Alertando sobre a tendência de falar das mulheres como se fossem um grupo homogéneo, assim como, para a necessidade de as mulheres prestarem mais atenção as suas diferenças e a forma como estas podem (in) visibilizar e excluir certos grupos de mulheres. Tal implicará, conforme sugere uma das participantes, desenvolver mecanismos para diminuir a separação entre os vários grupos de mulheres, sobretudo entre as *activistas profissionais* e as demais mulheres, para “*compreender os problemas de todas as mulheres*”.

“*Se a Aldovanda não trabalhasse na Lambda por exemplo eu sei que ela é activista e Bina é activista, e para ser activista não precisaria necessariamente trabalhar com essas organizações eu também me considero activista e não trabalho na Lambada.*” (Primeira microação da Lambda, pág.39)

“Bom no meu lado há resistência sim das meninas, porque eu posso ter um convite para uma, duas ou três mulheres para um debate. Quando eu ligo até ela pode dizer esta bem Elina estarei contigo amanhã, quando chega aquela hora, eu ligo para ela a dizer esta na hora vamos, a primeira coisa que me pergunta você já recebeu na Abevamo? Eu digo que ainda ela diz eu tenho que ir trabalhar mas você vai receber percebe?” (Elina, Primeira microação da Lambda, pág.32) Estas duas falas esclarecem o que acima nos referimos ao conceitualizar o termo activista profissionais, que pode trazer alguma confusão na interpretação literal da expressão. Mas, delimitamos o mesmo para reforçar a necessidade de distinguirmos que activismo não é uma carreira profissional.

“Temos que discutir mais se os homens nos representam, falam por nós, não é? Mas também nós, muitas de nós temos que nos questionar, falamos em nome de quem? Falamos em nome das mulheres rurais, falamos em nome de mulheres vivendo com o HIV? (...)”

“Como estamos a trabalhar com as nossas diferenças? E como estamos a buscar incluir essas mulheres. Eu estou a falar das mulheres? Quais são as mulheres que tu estás a falar? Temos que ter atenção a nossa linguagem que em muitas situações não é abrangente e inclusiva.”

“Eu não tenho como ter legitimidade sobre coisas que ainda não domino, eu preciso fazer trabalho de campo para perceber como elas vivem, o facto de eu viver alguns aspectos não significa que eu conheço os problemas. Acho que deviam ser feitos mais encontros informais que iríamos sentar e falar de aspectos do dia-a-dia, não ainda envolver a questão da política e aspectos legais. Acho que é importante não nos prendemos nas caixinhas – acho importante compreender os problemas de todas as mulheres. Devemos sair da zona de conforto e abandonar um pouco os escritórios”

As diferenças entre as mulheres ficaram evidentes nas falas de algumas trabalhadoras de sexo presentes que sublinharam a capacidade de representarem-se a si mesmas e a diferença entre falar por um grupo cujas experiências não vivemos em primeira pessoa e falar por um grupo do qual fazemos parte.

“Ninguém precisa representar as trabalhadoras de sexo, elas mesmo falam.”

“Eu digo que represento a mim mesma - sou educadora de pares das trabalhadoras de sexo - para me representar não precisa ser uma pessoa de longe.”

A ideia de ser parte do grupo representado foi também sublinhada por outras participantes. Por exemplo, uma mulher idosa que foi uma activa sindicalista contou que actualmente, o seu activismo centra-se nos direitos da pessoa idosa, grupo com o qual ela se identificava nesta fase da sua vida: *“eu não sou ponto focal ou porta-voz do que outro grupo vive, eu sou parte e falo como parte.”* Contudo, não se trata de apenas falar pelos grupos com os quais se partilham identidades, mas de trazer as experiências e vozes desses grupos garantindo, sempre que possível e não os ponha em risco, que falem em primeira pessoa. A fala abaixo é elucidativa,

“Nós deveríamos ter condições de trazer as próprias pessoas para permitir que as pessoas falem em primeira voz, ao invés de apenas ser as porta-vozes. Nem sempre temos que ser as porta-vozes. Como fazemos essa gestão dos espaços que temos que levar quem vive o problema e que espaços devemos ser nós como porta-vozes. Com as mulheres rurais – uma organização membro defendia que as mulheres rurais não estavam preparadas para falar em primeira voz. Enquanto outras pensavam que podíamos prepará-las para falar em sua própria voz.”



As conversas com mulheres lésbicas revelaram as dificuldades de ter mulheres a dar a cara pelos direitos destes grupos, algo também relatado por outros grupos de mulheres que falaram das “desvantagens da representação”, mas que nestes grupos apresenta aspectos particulares devido ao estigma e discriminação associados.

Estas falas mostram a importância de alianças com outros grupos de mulheres assim como de outras vozes que apoiam a sua causa e defendam os seus direitos, sem necessariamente pertencerem ao grupo, mas como actos de solidariedade.

“Eu acho que as manifestações vocês não podem fazer nós também nos aliamos a vossa causa né, tem muitas outras pessoas e muitas outras organizações que nós estamos aliadas a vocês que talvez quando vocês estiverem a fazer por exemplo essas manifestações ou essas marchas vocês poderiam ser inclusiva não é para não só parecer que é um movimento LGBT poderiam convidar outras organizações que é para não serem só vocês por exemplo a aparecerem e a dar a cara, poderia por exemplo também eu solidarizar-me com a causa poderia também falar não é, não necessariamente ser uma lésbica falar não é, ser por exemplo um outro sim, tem aquelas campanhas que dizem “eu sou fulano também” por exemplo dependendo da situação que a pessoa, não necessariamente porque aquela pessoa passou por aquilo mas que se identifique e se solidariza com aquela pessoa em questão então eu acho que vocês já começaram um trabalho brilhante, eu acho que tem só que, que continuar e cada uma incorporar e assumir como causa própria né para aquelas que estão a trabalhar não porque é um ganha-pão mas porque é um trabalho, uma luta, que é uma luta que sinceramente vocês sabem que é uma luta, e muito difícil. Há quanto tempo é que a Lambda está a tentar legalizar-se? Já vai muito tempo, não é? Sabemos que não é fácil por causa do [nosso] contexto né, então é uma caminhada.”

“Então é um trabalho muito grande que nós temos que fazer e não é possível a Beque, a Paulete, a Bina alcançarem todas as mulheres é um trabalho que temos que fazer em conjunto mesmo as mulheres que não são lésbicas partilharem essas informações para mudar algumas nesse sistema ya, ok, acabou.”

b. O lugar dos homens (e organizações de mulheres geridas por homens)

Na pesquisa, o *slogan/palavra de ordem* “nada para nós sem nós” apareceu sobretudo no contexto de debates sobre se os homens podem representar as mulheres. Por exemplo, as participantes numa das oficinas que organizamos defendiam que os homens podiam trabalhar em prol dos direitos das mulheres mas que tal deveria concentrar-se no trabalho com os homens, especificamente na reflexão sobre modelos hegemónicos e alternativos de masculinidade. As mulheres defendiam que as iniciativas promovidas pelos homens deveriam ser em colaboração com as mulheres e não em substituição das suas vozes, pois podem falar sobre si mesmas e defender os seus interesses melhor.

“Nós gostaríamos que os homens continuassem sim a defender direitos humanos de mulheres, mas numa perspectiva de masculinidades, de eles representarem os homens e trabalharem com os homens para construírem uma nova maneira de ser e de estar, e de colaborarmos mais com eles, de discutirmos mais juntos. Porque nós podemos sim, falar por nós mesmas sim.”
(Withney, Oficina Abril 2018)

“Discutimos será que os homens tem legitimidade para representar as mulheres e achamos que não. Sentimos que os homens não tem que aparecer nos espaços públicos a nosso favor, quer dizer, a falar por nós.”

“Temos que arranjar uma maneira de os homens, dele claro, arranjar uma maneira de estar a trabalhar com os homens, para não só dizer que está a falar por nós. Porque nós podemos...conseguimos nos representar melhor.”



“Não podemos deixar os homens “dijear” os nossos assuntos.”

As falas acima captam as perspectivas das participantes de que os homens não devem ocupar espaços nem assumir o protagonismo na defesa dos direitos das mulheres, sob o risco de silenciarem as vozes das mulheres, reproduzindo desta forma as relações desiguais de poder que dizem combater. O que uma das participantes articulou como “dijear” expressa esse receio que os homens assumam o controle/comando de assuntos e causas mulheres. “Dijear” vem de *disc jockey*, a pessoa que escolhe e toca a música que outras pessoas irão ouvir ou dançar.

c. Legalização e legitimidade

As fontes de legitimidade são bastante diversas, mas o mais importante a sublinhar com base no que foi dito acima é que as relações de representação que caracterizam o nosso contexto são assentes na legitimidade em relação ao Estado e outros actores. Assim, os indicadores dessa legitimidade são desenvolvidos em função das expectativas desses actores. O Estado determina os mecanismos institucionais e legais para constituição de representação legítima. Como explica a Maira,

“Nós temos um espaço de legitimidade formal, a partir das organizações que estão afiliadas ao Fórum Mulher e temos um espaço de prestação de contas a partir dos mecanismos institucionais que estão instituídos, que são assembleias, o qual é o espaço onde nós prestamos contas aos membros afiliados ao Fórum Mulher. Esse é o espaço legítimo e formal...”

As organizações de cooperação (doadores) na sua relação com as OSC’s tomam como principais indicadores de legitimidade os preceitos definidos pelo Estado, os estatutos publicados no Boletim da República e toda informação adjacente relativa a prestação de contas em sede da assembleia geral da organização etc. Aqui está patente outro grande desafio que é o facto de que a prestação de contas referenciada nos estatutos raramente se estende a não-membros ou a comunidade. Portanto, tanto para o Estado como para os doadores conta mais o histórico de prestação de contas dentro da organização e perante outros doadores do que necessariamente na “base”.

No caso da Lambda, o Estado recusa o seu registo como entidade representante legal da comunidade LGBT, não a reconhecendo como representante legítimo. A Lambda é um bom exemplo para visualizarmos complexidade da legitimidade, uma vez que mesmo não existindo formalmente, é a única representante da comunidade LGBT+, e tem relação com as agências de cooperação. Por um lado podemos considerar mais uma vez a nobreza da “causa” e o facto de ser uma pauta internacional importante como fonte de legitimidade, mas também é importante questionar quais são as outras fontes de legitimidade a Lambda. Num estudo de caso realizado em 2014 pela Lambda, identificamos como fonte de legitimidade, o Hiv e Sida, pelas evidências dos casos de infecção entre homens que fazem sexo como homens. Por esta via a Lambda é convidada a fazer parte de alguns grupos de trabalho a nível do governo, exemplo do grupo de preservativos do MISAU (Ministério da Saúde). E fez parte do processo de elaboração do PEN III (Plano Estratégico de prevenção e combate ao hiv e sida) podemos observar que este reconhecimento não se estende a parte política, ele é somente assistencialista.⁶ Porque se pretende com a redução da infecção, melhoria dos indicadores do país, mas sem gerar nenhuma mudança no reconhecimento legal, na aceitação social da homossexualidade.

d. A geografia da legitimidade

Outro indicador de legitimidade é a **representação numérica e abrangência** que desafia a capacidade da organização de “mobilizar”. Este elemento é bastante problemático pois encerra em si questões como sou legítimo porque represento/controlo um grande número de pessoas e isto confere legitimidade para negociar com o Estado e com parceiros /agentes internacionais, as agências internacionais no processo

⁶ TAIMO, Nelía Vera. Estudo de Caso Associação Lambda.2014 Disponível em: <http://rajatorrent.com.lambdamoz.org/index.php/recursos/publicacoes/7-associacao-lambda-estudo-de-caso/file>. Acesso em: 23 Out.2018.



de apoio as OSC's impõem números de beneficiários, etc. Este ponto também incentiva a que as organizações procurem estender a sua acção a vários espaços, tornar-se de âmbito nacional, tornar-se uma rede no sentido de quanto mais abrangente maior a sua legitimidade.

A força o impacto da sociedade civil reside muito na sua capacidade mobilizar e de mostrar números concretos, é uma mobilização não para a causa, para o movimento e para a consciência política, mas para a demonstração da causa através das pessoas e da capacidade que a organização tem de mobilizar, de encher os ambientes.

Pela percepção de que só se chama a atenção do Estado e dos doadores com números, as associações se organizam suas metas em função desses números, porém, temos várias pessoas que são membros das organizações mas que não a conhecem, pessoas que participam de actos cívicos mas que não tem a dimensão de empoderamento e de prestação de contas desejada.

4. Conclusões e Recomendações

Em que medida a mediação das organizações do movimento de mulheres é uma forma de representação política efectiva e inclusiva?

Esta pergunta é relevante, pois se por um lado, as teorias de mudança das OSCs sublinham a importância de transparência, partilha de informação, consulta, mobilização social e apoio dos cidadãos e cidadãs as suas iniciativas; por outro lado as OSCs não possuem mecanismos para envolver de maneira efectiva e inclusiva as suas constituências, em processos internos e externos de tomada de decisão.

4.2 Conclusões

- ❖ Concluimos que é importante fazer uma auscultação a comunidade antes de implementar actividades ou desenhar projectos para que possamos ter actividades que espelham a realidade da comunidade e que estas se identifiquem com as mesmas;
- ❖ Que escrever colectivamente, potencializa o processo de sistematização de histórias institucionais, assim como o aprendizado individual. Cada uma com a sua forma, unimos o pensar e teremos melhores resultados;
- ❖ Que é importante realizar actividades que envolvam cada vez mais as nossas comunidades para que nos conheçam e visibilizar o nosso trabalho;
- ❖ As OSC devem construir uma relação directa com as representadas;
- ❖ Há necessidade de se realizar mais pesquisas/estudos sobre a representação e legitimidade das OSC para aprofundamento.

- ❖ A pesquisa ajudou a melhorar as práticas e mecanismos de legitimidade e de representação, através da introdução de dinâmicas como a leitura colectiva, a realização de encontros regulares com as mulheres que não fazem parte da equipe de gestão da associação, passando de uma lógica de beneficiária para sujeitos da acção que participam de processos de fortalecimento da legitimidade e da representação.

- ❖ O Estado tem um papel fundamental de prover serviços e de garantir que haja igualdade de direitos entre mulheres e homens porém as OSC é que provem estes serviços perdendo sua essência de monitorar e pressionar, advogar e reivindicar os direitos.
- ❖ A título de exemplo a Lambda provem serviços de saúde para a comunidade LGBTQI+ e a Abevamo para as trabalhadoras de sexo;



- ❖ Quanto aos desafios da legitimidade das OSC concluímos que a relação com os doadores reduz a responsabilidade das OSC em apenas implementadores de projectos impostos e que não exprimem as necessidades das representadas.

O primeiro parágrafo é geral, é uma constatação que não é resultado da pesquisa em si. No segundo parágrafo mostra uma relação com as organizações que fizeram parte da pesquisa de que forma a parte da assistência foi afectada pelas falhas do Estado.

4.3 Recomendações

- Para futuras pesquisas, recomenda – se trabalhar com uma organização e interagir com ela em todas as esferas por forma a tirar maior proveito das informações partilhadas;
- As OSC's repensem no seu papel de representar e tenham mais contacto com as representadas;
- Que as OSC's incluam nos seus planos um tempo para dedicar a questões de representação e legitimidade;



- Que as OSC's construam uma relação com as representadas de forma a elaborar uma agenda conjunta;
- Incluir nas suas discussões, debates e encontros os membros e não membros para visibilizar os feitos da organização e fortalecer a sua legitimidade;
- Recomenda - se mais visitas as comunidades, pelo menos uma vez por mês e entre as associações;
- Na parte da legitimidade, que haja mais conversas nas organizações, porque notou – se que não estava fortalecida.

5.Referências Bibliográficas

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? EN Daniel Mato (coord.), Políticas de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, pp. 95-110. Disponível em:



<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>. Acesso em: 08 Out.2018.

EYES, Tinie Van. Solidariedade ou comércio: As ONGS não governamentais em Moçambique. Maputo, Pág.151, 2002. Disponível em: www.sigila.msh-paris.fr acesso a 09 de Out.2018.

FRANCISCO, António. Sociedade Civil em Moçambique: Expectativas e Desafios. 2010. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_3.SocCivil.pdf. Acesso: 08 Out.2018.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e Movimento de Mulheres. Recife: SOSCorpo-Instituto Feminista para Democracia, 2013.63p

TAIMO, Nelia Vera. Estudo de Caso Associação Lambda.2014 Disponível em: <http://rajatorrent.com.lambdamoz.org/index.php/recursos/publicacoes/7-associacao-lambda-estudo-de-caso/file>. Acesso em: 23 Out.2018.